

Rumo a uma ação global unificada sobre alimentos ultraprocessados: compreendendo os determinantes comerciais, enfrentando o poder corporativo e mobilizando uma resposta de saúde pública

Phillip Baker, Scott Slater*, Mariel White*, Benjamin Wood, Alejandra Contreras, Camila Corvalán, Arun Gupta, Karen Hofman, Petronell Kruger, Amos Laar, Mark Lawrence, Mikateko Mafuyeka, Melissa Mialon, Carlos A Monteiro, Silver Nanema, Sirinya Phulkerd, Barry M Popkin, Paulo Serodio, Katherine Shats, Christoffer Van Tulleken, Marion Nestle, Simón Barquera*

O aumento do consumo de alimentos ultraprocessados (AUPs) nas dietas humanas está comprometendo a saúde pública em escala global. Entretanto, as respostas políticas permanecem incipientes, de modo análogo aos esforços para o controle do tabaco há algumas décadas, o que evidencia a necessidade de compreender suas causas estruturais e acelerar uma ação coordenada em nível mundial. Este artigo, o terceiro da série de três publicações da *The Lancet*, busca aprofundar a compreensão das causas subjacentes à expansão dos AUPs e subsidiar a formulação de uma resposta global de saúde pública. Em primeiro lugar, mostramos que a indústria de alimentos ultraprocessados é um impulsionador-chave do problema, já que suas corporações líderes e atores interdependentes expandiram e reestruturaram os sistemas alimentares praticamente em toda parte, favorecendo dietas ultraprocessadas. A maior rentabilidade dos AUPs, em comparação com outros tipos de alimentos, impulsiona esse crescimento ao incentivar financeiramente o modelo de negócios dos ultraprocessados em detrimento de alternativas e ao gerar recursos para uma expansão contínua. Em segundo lugar, destacamos que o principal obstáculo ao avanço de respostas políticas é constituído pelas atividades político-corporativas da indústria, coordenadas transnacionalmente por meio de uma rede global de grupos de fachada, iniciativas multissetoriais e parceiros de pesquisa, para neutralizar a oposição e bloquear a regulação. Essas atividades incluem lobby direto, infiltração em agências governamentais e litígios; a promoção de modelos de governança favoráveis às corporações, de formas de regulação e de sociedades civis; e a forma de moldar o debate, gerando evidências favoráveis e dúvidas científicas. Em terceiro lugar, apresentamos estratégias para reduzir o poder da indústria de AUPs nos sistemas alimentares e para mobilizar uma resposta global de saúde pública. Reduzir o poder da indústria de AUPs envolve interromper o modelo de negócios dos ultraprocessados e redistribuir recursos para outros tipos de produtores de alimentos; proteger a governança alimentar da interferência corporativa; implementar salvaguardas robustas de conflito de interesse na

Publicado online 18 de novembro de 2025
[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(25\)01567-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(25)01567-3)
[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(25\)02257-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(25)02257-3)

Este é o terceiro de uma Série de três artigos sobre alimentos ultraprocessados e saúde humana. Todos os artigos da Série estão disponíveis em thelancet.com/series/ultraprocessed-food

Phillip Baker*, Sydney School of Public Health, Faculty of Medicine and Health, University of Sydney, Sydney, NSW, Austrália; Scott Slater*, School of Exercise and Nutrition Sciences, Deakin University, Geelong, VIC, Austrália; Mariel White*, Center for Nutrition and Health Research, National Institute of Public Health, Cuernavaca, México; Benjamin Wood, Global Centre for Preventive Health and Nutrition, Deakin University, Geelong, VIC, Austrália; Alejandra Contreras, National Council for Humanities, Science and Technology, Cidade do México, México; Camila Corvalán, Institute of Nutrition and Food Technology, University of Chile, Santiago, Chile; Arun Gupta, Nutrition Advocacy in Public Interest, Délhi, Índia; Karen Hofman, SAMRC/Wits Centre for Health Economics and Decision Science (PRICELESS), School of Public Health, University of the Witwatersrand, Joanesburgo, África do Sul; Petronell Kruger, SAMRC/Wits Centre for Health Economics and Decision Science (PRICELESS), School of Public Health, University of the Witwatersrand, Joanesburgo, África do Sul; Amos Laar, Department of Population, Family & Reproductive Health, School of Public Health, University of Ghana, Acra, Gana; Mark Lawrence, Institute for Physical Activity and Nutrition, Deakin University, Geelong, VIC, Austrália; Mikateko Mafuyeka, SAMRC/Wits Centre for Health Economics and Decision Science (PRICELESS), School of Public Health, University of the Witwatersrand, Joanesburgo, África do Sul; Melissa Mialon, ECEVE, UMR 1123, INSERM, Université Paris Cité, Paris, França; Trinity Business School, Trinity College Dublin, Dublin, Irlanda; Carlos A. Monteiro, Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil; Departamento de Nutrição, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil; Silver Nanema, Department of Population, Family & Reproductive Health, School of Public Health, University of Ghana, Acra, Gana; Sirinya Phulkerd, Institute for Population and Social Research, Mahidol University, Nakhon Pathom, Tailândia; Barry M. Popkin, Gillings Global School of Public Health, University of North Carolina at Chapel Hill, Chapel Hill, NC, EUA; Paulo Serodio, Institute for Social and Economic Research, University of Essex, Colchester, Reino Unido; Katherine Shats, United Nations Children's Fund (UNICEF), Nova Iorque,

formulação de políticas, na pesquisa e na prática profissional. Mobilizar uma resposta global inclui definir os AUPs como uma questão prioritária de saúde global; construir coalizões fortes de advocacy em nível global e nacional; gerar capacidades jurídicas, de pesquisa e de comunicação para fortalecer a incidência e impulsionar mudanças políticas; garantir uma transição justa para dietas com baixo teor de AUPs. Uma resposta global coordenada e bem-provida de recursos é essencial: uma resposta que enfrente o poder corporativo, recupere o espaço das políticas públicas e reestruture os sistemas alimentares para priorizar saúde, equidade e sustentabilidade acima do lucro corporativo.

NY, EUA; Christoffer Van Tulleken, Department of Infectious Disease, University College London, Londres, Reino Unido; Marion Nestle, New York University, Nova Iorque, NY, EUA; Simón Barquera, Center for Nutrition and Health Research, National Institute of Public Health, Cuernavaca, México.
*Autores principais conjuntos (Joint lead authors).

Correspondência:
Dr Phillip Baker, Sydney School of Public Health,
Faculty of Medicine and Health, University of
Sydney, Sydney, NSW 2006, Australia
phillip.baker@sydney.edu.au

Introdução

O aumento dos alimentos ultraprocessados (AUPs) nas dietas humanas é uma causa principal da pandemia de doenças crônicas relacionadas à alimentação. O primeiro artigo desta Série de três partes da Lancet sobre AUPs e saúde humana apresenta as evidências científicas que sustentam essa afirmação.¹ O segundo artigo da Série define ações políticas baseadas em evidências que os governos podem implementar para deter o aumento e reduzir a participação dos AUPs nas dietas.² Neste terceiro artigo, focamos na dimensão política dos AUPs. Desenvolvemos a discussão sobre o poder dos atores corporativos de moldar os sistemas alimentares de maneiras que geram dietas ultraprocessadas e apresentamos estratégias para mobilizar uma resposta global de saúde pública. Nossa abordagem é ampla, pois consideramos determinantes comerciais e estruturais e os impactos indiretos dos AUPs na saúde por meio de vias sociais, econômicas e ambientais.^{3,4}

Para mobilizar uma resposta global contra os AUPs, é crucial compreender as causas profundas do problema. Propomos que o principal impulsionador do aumento global dos AUPs é o crescente poder econômico e político da indústria de AUPs e sua reestruturação dos sistemas alimentares visando à lucratividade acima de tudo, especialmente por meio das práticas comerciais de suas corporações líderes em uma economia mundial capitalista cada vez mais financeirizada.^{5–7} A indústria é composta por fabricantes de AUPs em seu núcleo, mas também por uma rede mais ampla de atores interdependentes que, coletivamente, impulsionam a produção, o marketing e o consumo de AUPs. Esses atores incluem fornecedores de ingredientes, produtores de plástico, varejistas do setor de alimentos, redes de fast-food, empresas de publicidade, lobistas, grupos de fachada da indústria e parceiros de pesquisa. Rotulamos esses atores coletivamente

Mensagens chave

- O aumento global dos alimentos ultraprocessados (AUPs) na alimentação humana está associado à pior qualidade da dieta e ao maior risco de diversas doenças crônicas. Identificamos quatro dimensões distintas dos sistemas alimentares que exercem papel determinante na produção, no marketing e no consumo de AUPs, e sobre as quais as políticas públicas podem e devem atuar: produtos ultraprocessados, ambientes alimentares, fabricantes e varejistas de AUPs e cadeias de abastecimento de alimentos.
- O atual foco das políticas públicas na redução do consumo de alimentos ricos em gorduras, açúcares e sal (HFSS), muitos dos quais ultraprocessados, deve ser ampliado para incluir os AUPs. Alguns países já adotaram uma etapa intermediária nessa direção, incorporando marcadores de AUPs aos modelos de perfis nutricionais utilizados para fins regulatórios.
- As políticas relativas ao ambiente alimentar também devem ampliar seu foco, deixando de se concentrar apenas na reformulação de alimentos e passando a incluir regulamentações obrigatórias que visem abordar e restringir o marketing, a disponibilidade e a acessibilidade de AUPs. Essas políticas incluem mudanças nos impostos e na rotulagem de produtos: Colômbia e México possuem impostos sobre alimentos e bebidas, além de advertências na parte frontal das embalagens (sendo que as

como a indústria de AUPs, e os sistemas alimentares que eles geram e controlam como sistemas de AUPs.

Nossa segunda proposição é que, embora alguns países tenham implementado medidas para controlar as práticas da indústria e reduzir o consumo de AUPs, a resposta global de saúde pública ainda é incipiente, semelhante ao estágio em que as ações para o controle do tabaco se encontravam há décadas. As respostas políticas governamentais, especialmente nos países de alta renda, pouco fizeram para atenuar os determinantes comerciais e estruturais do problema, concentrando-se amplamente em ações limitadas de fornecimento de informação e responsabilidade do consumidor, parcerias com a indústria e autorregulação voluntária.^{8,9} Essa inércia política reflete os esforços coordenados da indústria para distorcer a tomada de decisão, enquadrar os debates políticos em seu interesse e criar a aparência de dúvida científica. Compreender essas estratégias corporativas é essencial para orientar respostas sociais aos AUPs que se concentrem em reduzir o poder corporativo nos sistemas alimentares.

Nossa proposição final é que o aumento contínuo dos AUPs nas dietas humanas não é inevitável; ao contrário, esse aumento pode ser interrompido e revertido por meio de mobilização social sustentada e ação coletiva. Respostas vigorosas de saúde pública estão ganhando impulso, especialmente na América Latina e na África subsaariana, oferecendo lições para ampliar ações em outros lugares.^{10,11} Alguns países continuam a fortalecer marcos abrangentes de políticas para não apenas reduzir os AUPs, mas promover dietas saudáveis provenientes de sistemas alimentares sustentáveis. Baseamo-nos em uma literatura diversa, estudos encomendados, workshops, entrevistas com informantes-chave e estudos de caso (paonéis 1) para apresentar estratégias para enfrentar o poder da indústria de AUPs nos sistemas alimentares e para mobilizar uma resposta global de saúde pública.

Compreendendo o poder da indústria de alimentos ultraprocessados

O aumento dos AUPs reflete o crescente poder da indústria de AUPs nos sistemas alimentares praticamente em toda parte (painel 2). No final do século 20, a indústria começou a produzir e comercializar AUPs em massa, em uma escala verdadeiramente global, tornando-se um impulsionador-chave da transição nutricional e da pandemia de doenças crônicas.^{11,37,38} Entre 2009 e 2023, as vendas globais do mercado de AUPs cresceram de US\$ 1,5 trilhão para US\$ 1,9

leis colombianas se baseiam no mesmo modelo de perfil nutricional); o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Brasil eliminou a maioria dos alimentos ultraprocessados, com a exigência de que 90% dos alimentos sejam in natura ou minimamente processados até 2026; e o Chile integrou advertências na parte frontal das embalagens de alimentos não saudáveis, com restrições à publicidade — incluindo a proibição de anúncios na televisão das 6h às 22h — e a proibição de sua venda ou promoção em escolas. Essas políticas, juntamente com outras mudanças

trilhão (em dólares e preços constantes em 2023), lideradas pelo rápido crescimento das vendas de AUPs em países de baixa e média renda (embora com grande variação nas vendas per capita e nas trajetórias de crescimento; figura 1).³⁹ Os oito maiores fabricantes transnacionais de AUPs, por participação na receita total da indústria, têm sede na América do Norte e na Europa Ocidental: Nestlé (Suíça), PepsiCo (EUA), Unilever (Reino Unido), Coca-Cola (EUA), Danone (França), Fomento Económico Mexicano (México), Mondelez (EUA) e Kraft Heinz (EUA).⁵ Essas corporações consolidaram o controle sobre a produção global de AUPs, respondendo por 42% dos US\$ 1,5 trilhão em ativos totais do setor em 2021, incluindo instalações de produção, redes de distribuição, sistemas de marketing e milhares de marcas registradas. Elas possuem coletivamente centenas de subsidiárias, com presença em praticamente todos os mercados do mundo.⁵

O objetivo do ultraprocessamento, de acordo com a classificação Nova, é a maximização do lucro.¹ O modelo de negócios central da indústria de AUPs depende do uso de ingredientes básicos baratos e de tecnologias industriais de fabricação para minimizar custos, de marketing intensivo e designs de produtos altamente palatáveis para impulsionar o consumo repetido — características que tornam os AUPs “susceptíveis a substituir” todos os outros grupos alimentares.^{18,40} Em economias capitalistas, onde os investimentos fluem para as empresas e indústrias mais lucrativas, isso impulsiona a transformação estrutural dos sistemas alimentares em favor de dietas ultraprocessadas.^{6,7,41} Para testar essa proposição, analisamos o desempenho financeiro de corporações de alimentos e agricultura listadas em bolsas de valores dos EUA e constatamos que os fabricantes de AUPs são os mais eficazes em maximizar lucros e gerar retornos aos acionistas. Entre 1962 e 2021, dos US\$ 2,9 trilhões em pagamentos a acionistas por corporações atuando nos setores de produção, processamento, fabricação de alimentos, fast-food e varejo, mais da metade (US\$ 1,5 trilhão em dólares de 2021) foi distribuída apenas pelos fabricantes de AUPs.⁴² Essa rentabilidade cria um ciclo de retroalimentação reforçador, incentivando o modelo

de negócios dos ultraprocessados em detrimento de alternativas, gerando recursos excedentes para uma contínua expansão corporativa.^{9, 43}

Para maximizar o lucro, as corporações de AUPs implementam estratégias-chave de mercado.^{6, 37, 68} Elas estabelecem vastas redes globais de produção que abrangem todos os setores da cadeia de suprimentos de AUPs

espalhando produtos entre e dentro dos países.^{6, 20, 60} Por exemplo, a Nestlé expandiu de 80 fábricas na década de 1920⁵³ para 340 fábricas em 76 países em 2023, apoiadas por 30 centros de pesquisa e desenvolvimento atendendo 188 mercados.^{79, 80} Em 2022, o Sistema Coca-Cola produziu 2,2 bilhões de porções diárias de bebidas em 200 mercados, abastecido por 225 parceiros operando 900 engarrafadoras.⁸¹ Esse modelo global de produção reforça o poder político das corporações de AUPs, já que lobistas podem influenciar decisões de políticas governamentais ao ameaçar realocar empregos, investimentos ou fornecimento de insumos.^{22, 82} Além disso, o modelo confere vantagens competitivas sobre produtores de alimentos locais, tais como aquisição de insumos a baixo custo, economias de escala e reconhecimento global de marca.^{6, 37} Tecnologias de ultraprocessamento reduzem custos de produção e distribuição ao substituir ingredientes mais caros por outros, modificados e mais baratos, reduzindo o peso do produto para transporte e ampliando sua vida útil.^{37, 44, 83} Essas estratégias são replicadas por empresas locais, impulsionando ainda mais o crescimento do mercado.³⁷

Essas estratégias liberam recursos para grandes despesas com marketing, incluindo construção de marca, promoção e design de produtos, adaptados a diversos contextos de mercado.^{6, 28} Em 2024, Coca-Cola, PepsiCo e Mondelez gastaram, juntas, US\$ 13,2 bilhões em publicidade, quase quatro vezes o orçamento operacional da OMS.^{84–86} Esse marketing é uma forma de poder ideológico nos sistemas alimentares, ao explorar valores centrais, aspirações dos consumidores e preferências culturais para gerar demanda e normalizar o consumo.^{49, 87, 88} O branding e a promoção da Coca-Cola, por exemplo, associam os produtos à felicidade, liberdade e cultura jovem;^{89, 90} à vitalidade e à excelência humana ao patrocinar atletas e eventos como os Jogos Olímpicos;^{91, 92} e à celebração, exemplificada pela iconografia vermelho e branco do Papai Noel.⁵ Os produtos são projetados para estimular desejos e consumo repetido, otimizando estética, sabor, textura e até som;^{65, 93} para aparentar serem mais saudáveis e ambientalmente amigáveis, por meio de fortalecimento, reformulação e alegações nas embalagens;^{22, 87} e para imitar alimentos tradicionais e pratos populares.^{37, 68} O marketing é adaptado para garantir a continuidade do crescimento, exemplificado pela promoção intensiva e rápida ascensão dos leites para crianças pequenas nas dietas infantis, à medida que as regulamentações de marketing de fórmulas infantis se tornaram mais rígidas.^{58, 80}

Painel 1: Abordagem de pesquisa e métodos

Realizou-se uma síntese de dados provenientes de múltiplas fontes, incluindo: literatura científica e literatura cinzenta, obtidas por meio de buscas em bases de dados on-line e fontes da web; quatro workshops regionais realizadas na África, Ásia-Pacífico, América Latina e Caribe; 39 entrevistas com informantes-chave de organizações da sociedade civil, governos, organismos multilaterais e instituições acadêmicas; além de diversos estudos encomendados (ver Apêndice, pp. 1–3, para métodos detalhados).

Os workshops e entrevistas tiveram como objetivo dar voz às pessoas e organizações que já atuam no enfrentamento dos alimentos ultraprocessados (AUPs), de modo que a análise aqui apresentada refletisse, tanto quanto possível, a perspectiva dessas comunidades. Os participantes foram identificados por amostragem intencional em cadeia (purposive snowball sampling).

Combinando a análise temática desses dados, o diálogo entre coautores e o feedback de especialistas, foram identificados os temas centrais que estruturam este artigo da Série e suas recomendações.

A equipe de pesquisa reuniu autores de diferentes países e disciplinas, incluindo saúde pública, política alimentar, direito, administração, economia e ciência política.

A orientação adotada foi crítica, reconhecendo que uma leitura puramente técnica do problema é insuficiente para compreender suas causas estruturais e limita o potencial de uma transformação profunda.^{12, 13}

O sistema de classificação Nova diferencia os alimentos de acordo com o grau e a finalidade do processamento, e não apenas pelo conteúdo de nutrientes.

Os AUPs são formulações comerciais de marca, produzidas com ingredientes de baixo custo, combinados a aditivos, contendo pouco ou nenhum alimento integral, concebidas para competir com os outros três grupos da classificação Nova e maximizar o lucro da indústria.¹ Desde 2009, a classificação Nova e o conceito de AUP têm sido amplamente aplicados, incluindo em estudos epidemiológicos, monitoramento de dietas populacionais, guias alimentares governamentais e aplicativos de consumo.^{2, 14–16}

A Nova também oferece uma lente valiosa e ainda subestimada, para compreender a economia política dos sistemas alimentares e das mudanças dietéticas. Ao reconhecer explicitamente a maximização do lucro como finalidade do ultraprocessamento, a Nova evidencia o papel das corporações poderosas, de suas práticas empresariais e de seus imperativos financeiros, que sustentam o avanço dos AUPs (grupo 4 da Nova) e a substituição progressiva dos alimentos in natura e minimamente processados (grupo 1), dos ingredientes culinários (grupo 2) e dos alimentos processados (grupo 3), historicamente centrais nas culturas alimentares, práticas culinárias e economias locais ao redor do mundo.^{17, 18}

Adotou-se uma abordagem combinada de economia política e determinantes comerciais da saúde a fim de compreender as causas estruturais das dietas ultraprocessadas.^{12, 19}

O avanço dos AUPs é um fenômeno estruturalmente produzido e comercialmente determinado, impulsionado, sobretudo, pelas principais corporações do setor, que globalizaram e remodelaram os sistemas alimentares em função do lucro.^{5, 7, 17, 20}

Embora múltiplos fatores contribuam para as mudanças dietéticas — como crescimento da renda, transformações demográficas e demandas por conveniência —, os atores corporativos desempenham papel central e devem ser objeto de investigação prioritária.^{22, 37, 155} O foco recaiu sobre a distribuição de poder entre a indústria de ultraprocessados e os governos, outros produtores de alimentos, organizações da sociedade civil, pesquisadores, profissionais, meios de comunicação e cidadãos, bem como sobre os processos que transformam e sustentam essas distribuições de poder ao longo do tempo.²¹

Consideraram-se também as formas pelas quais esses atores influenciam os arranjos de governança, políticas, regulações e normas sociais que estruturam o comportamento (isto é, instituições); os sistemas de conhecimento, crenças e formas de evidência que moldam o pensamento e o discurso público (isto é, ideias); e as estruturas econômicas e distribuições de recursos que determinam a capacidade de ação dos atores (isto é, recursos), em diferentes contextos.^{22–24}

Ao desenvolver recomendações, fomos guiados pelos participantes dos workshops e entrevistas, pela pesquisa sobre enfrentamento do poder corporativo e os determinantes comerciais da saúde,^{24–28} pelas estratégias para impulsionar transições alimentares sustentáveis e justas,^{29, 30} e pela geração de compromisso político para a nutrição.^{31–33} Outros descritores que antecedem a Nova (por exemplo, alimentos

* Para mais informações sobre o Sistema Coca-Cola, consulte: <https://www.cocacolacompany.com/about-us/coca-cola-system>

ricos em gordura, açúcar e sal) e modelos de perfil nutricional baseados em nutrientes são mais frequentemente usados em políticas governamentais. Portanto, usamos o termo “AUP” conforme definido pela Nova e o termo “relacionado aos AUPs” ao nos referirmos a ações políticas que utilizam esses outros descritores. Por conflitos de interesse, entendemos situações nas quais interesses financeiros ou interesses próprios podem influenciar indevidamente decisões políticas, profissionais ou científicas de maneiras que divergem ou comprometem o interesse público.^{34, 35} Definimos uma dieta saudável e sustentável como aquela que promove saúde, desenvolvimento e bem-estar ao longo da vida, sem comprometer a segurança alimentar e a nutrição das gerações futuras. Tal dieta, que começa com o aleitamento materno, é composta por alimentos minimamente processados e variados, balanceados entre os grupos alimentares e com baixo teor de AUPs; fornece energia e nutrientes adequados; tem baixo impacto ambiental e baixo desperdício; é segura, culturalmente apropriada e acessível; e é provida por um sistema alimentar no qual poder, oportunidade e recursos são distribuídos de forma equitativa.^{16, 36}

Painel 2: A ascensão dos alimentos ultraprocessados — uma breve história

Os seres humanos processam alimentos há milênios. Técnicas como moagem, secagem, salga, defumação e fermentação,^{44, 45} transformaram alimentos em formas mais seguras, saborosas, nutritivas e duráveis, contribuindo para segurança alimentar, emprego, conveniência e cultura.^{46, 47} Conforme reconhece o sistema de classificação Nova, o processamento é parte da produção de muitos alimentos artesanais e industriais, usados em diversos pratos e culinárias, combinando alimentos in natura e minimamente processados com ingredientes culinários e quantidades moderadas de alimentos processados. Por contraste, muitos dos ingredientes e processos industriais usados na fabricação de alimentos ultraprocessados (AUPs) são, de uma perspectiva evolutiva, exposições inteiramente Novas nas dietas humanas.^{18, 45}

A ascensão dos AUPs coincide com períodos da evolução da economia mundial capitalista, desde seu crescimento inicial durante o período colonial até sua forma altamente financeirizada e globalizada atual.^{48, 49} No século XVIII, a agricultura de plantações dependente de trabalho escravo fornecia açúcar barato às indústrias de confeitaria e bebidas emergentes, coincidindo com o adoçamento em massa das dietas europeias e quedas acentuadas na saúde bucal.^{50, 51} Durante a revolução industrial do final do século XIX, alguns dos maiores fabricantes de AUPs do mundo foram fundados, à medida que Novas tecnologias de fabricação permitiram a produção em massa de produtos como refrigerantes, confeitaria e fórmulas comerciais para lactentes.⁵² Corporações europeias (Nestlé, por exemplo) começaram a comercializar produtos por meio de redes comerciais coloniais para a África, Ásia e Américas.^{5, 53} Corporações norte-americanas expandiram-se rapidamente durante a Segunda Guerra Mundial, à medida que produtos como Coca-Cola, confeitaria Hershey e Spam se tornaram itens básicos militares e, posteriormente, símbolos do imperialismo norte-americano (ou a chamada Coca-Colonização) ao longo da Guerra Fria.^{54, 55}

Após a Segunda Guerra Mundial, um modelo industrial de agronegócio norte-americano se espalhou pelo mundo, dependente de insumos derivados de combustíveis fósseis e monoculturas em larga escala, como soja, milho, trigo e cana-de-açúcar, e a partir dos anos 1970, outras como óleos de palma, girassol e canola.⁵⁶ A ciência moderna dos alimentos aperfeiçoou formas de desconstruir essas commodities em diversos ingredientes para AUPs, paralelamente ao seu uso como rações animais, sendo muitos usados para AUPs à base de carne e refeições de fast-food.⁵⁷ O marketing de alimentos infantis se intensificou, especialmente por meio dos sistemas de saúde, contribuindo para quedas abruptas no aleitamento materno.^{58, 59} Empresas como Kraft, Nestlé e General Mills passaram a dominar os mercados de países de alta renda, vendendo conveniência e modernidade com refeições prontas anunciadas na televisão, snacks e cereais matinais açucarados.^{52, 59} Campanhas de marketing exploraram desigualdades de gênero no trabalho doméstico, posicionando produtos como soluções para famílias com pouco tempo e reduzindo o tempo e esforço necessários para preparar refeições e alimentar crianças famintas.^{47, 59} Durante a década de 1990, os AUPs tornaram-se uma das principais fontes de energia dietética nos EUA, Canadá,

As políticas governamentais impulsionam o crescimento e a lucratividade da indústria de AUPs.^{9, 63} Os EUA, a UE e outras grandes nações produtoras de agroalimentos frequentemente intervêm em nome da indústria na Organização Mundial do Comércio (OMC) e, bilateralmente, por meio de diplomatas comerciais para se opor a regulamentações relacionadas a AUPs de outros governos.^{70, 94} Essas nações intervêm para enfraquecer os padrões de rotulagem de alimentos e outros padrões relacionados a AUPs estabelecidos pela Comissão do Codex Alimentarius (Codex), o órgão da ONU responsável por definir padrões alimentares e contestam as regulamentações de outros governos na OMC alegando que elas excedem os padrões do Codex.^{95–97} O Codex e os programas nacionais de padrões alimentares concentram-se de forma restrita na regulação de riscos agudos de segurança alimentar, enquanto permitem muitos aditivos, coadjuvantes de processamento e alegações de marketing que possibilitam a proliferação dos AUPs, além de negligenciar objetivos de prevenção de doenças crônicas e de sustentabilidade.^{83, 98, 99} Os subsídios agrícolas, que totalizaram US\$ 27,6 bilhões mundialmente para óleos vegetais e açúcar em 2017, reduzem os custos de fabricação de AUPs,^{100, 101} assim como os subsídios aos combustíveis fósseis para insumos derivados de petroquímicos, como embalagens plásticas.^{9, 102} Políticas de concorrência fracas ou mal aplicadas permitiram altos níveis de concentração de mercado em muitos setores da cadeia de suprimentos de AUPs, fortalecendo a predominância de grandes empresas e seu poder de suprimir a concorrência, reestruturar os sistemas alimentares e influenciar políticas públicas.^{28, 71}

As estratégias políticas e as redes de influência da indústria de alimentos ultraprocessados

Para proteger os lucros corporativos e garantir que o crescimento continue, a indústria de AUPs implementa um conjunto de estratégias políticas de reforço destinadas a neutralizar a oposição e bloquear, enfraquecer ou atrasar a regulação.^{6, 9, 80, 89} A atividade político-corporativa da indústria é o principal obstáculo à implementação de políticas públicas eficazes para reduzir os danos relacionados aos AUPs, disseminando o manual de estratégias usado pelas indústrias do tabaco, do álcool e de combustíveis fósseis.^{65, 103–105} A tabela 1 descreve nove estratégias políticas centrais, organizadas em três formas de poder político corporativo: lobby, financiamento político, infiltração governamental e litígios (isto é, o poder da ação corporativa direta); promoção de modelos de governança favoráveis às corporações, autorregulação e sociedades civis (instituições corporativas); e direcionamento do debate social, transferência de culpa e criação de dúvida científica (ideias corporativas).^{22, 23, 89, 106} À medida que a indústria de AUPs se globalizou, suas corporações líderes estabeleceram redes de lobistas

e grupos de interesse para implementar essas estratégias políticas em um número crescente de países.^{107, 108} Ameaças à lucratividade corporativa são identificadas e classificadas para alocar recursos e coordenar a atividade política de acordo. Por exemplo, executivos da Coca-Cola Europa desenvolveram uma matriz de risco de políticas públicas, que avaliou 49 políticas regulatórias quanto à probabilidade de se materializarem e ao impacto sobre o negócio, e definiu novos impostos, alegações em embalagens e leis de reciclagem como suas prioridades de contra-ataque.¹⁰⁹ Os relatórios anuais da corporação identificam um conjunto ainda mais amplo de ameaças à lucratividade, incluindo os efeitos de saúde de seus produtos; publicidade negativa sobre obesidade, sustentabilidade e violações de direitos humanos; controles de marketing; danos provenientes de embalagens plásticas; e respostas legais às mudanças climáticas.^{81, 110, 111} Para ampliar sua influência política, formam-se coalizões com indústrias interdependentes, agências governamentais favoráveis, grupos da sociedade civil, organizações profissionais, profissionais de saúde e acadêmicos.^{104, 112}

Embora estudos descrevam as atividades políticas da indústria de AUPs em nível nacional^{113–116} e em importantes arenas internacionais,^{117–119} poucos examinam sua estrutura de rede global e coordenação.^{107, 108} Para preencher essa lacuna, mapeamos as filiações declaradas a grupos de interesse das corporações líderes do setor, identificando 207 grupos em todo o mundo (figura 2).¹⁰⁷ Oito corporações ocupam posição central na rede, indicando seu papel de coordenação: Nestlé (n=137 filiações), Coca-Cola (114), Unilever (106), PepsiCo (105), Danone (91), Mars (74), Mondelez (72) e Ferrero (69). A maioria dos grupos está sediada nas capitais dos principais mercados e próxima a tomadores de decisão poderosos nos governos, com quase metade localizada em Washington, DC, e Bruxelas.

As corporações de AUPs também iniciam ações voluntárias e iniciativas multissetoriais para projetar uma imagem pública de responsabilidade, legitimar-se como parceiras de governança e posicionar-se como soluções para os problemas que elas próprias geram.^{120–122} Identificamos 45 iniciativas multissetoriais globais envolvendo a indústria de AUPs (indicadas por círculos verdes na figura 2), crescendo de 1 em 1974 para 45 em 2023.¹⁰⁸ Mais da metade (n=24) foi estabelecida por corporações de AUPs ou grupos de interesse afiliados, e as demais por organizações internacionais (5), organizações da sociedade civil (5) e atores mistos (12). As iniciativas multissetoriais abordam questões como nutrição e saúde, direitos humanos, mudança climática, agricultura regenerativa, biodiversidade e resíduos plásticos, refletindo as ameaças à lucratividade identificadas pelas próprias corporações. Essas questões aparecem nos relatórios de responsabilidade social corporativa, enquadrados em termos de “criação de valor compartilhado”¹⁶⁵ (Nestlé), “refrescar o mundo”¹⁶⁴ (Coca-Cola) e “snacking made right”²⁷⁴ (Mondelez). No Painel 3, examinamos a história e o propósito dessas iniciativas multissetoriais, questionamos sua efetividade e suas implicações estruturais para a governança alimentar global, e avaliamos as alegações de responsabilidade social e ambiental feitas pelas corporações líderes da indústria.

Reino Unido e Austrália, os primeiros países a terem dietas nacionais ultraprocessadas.¹

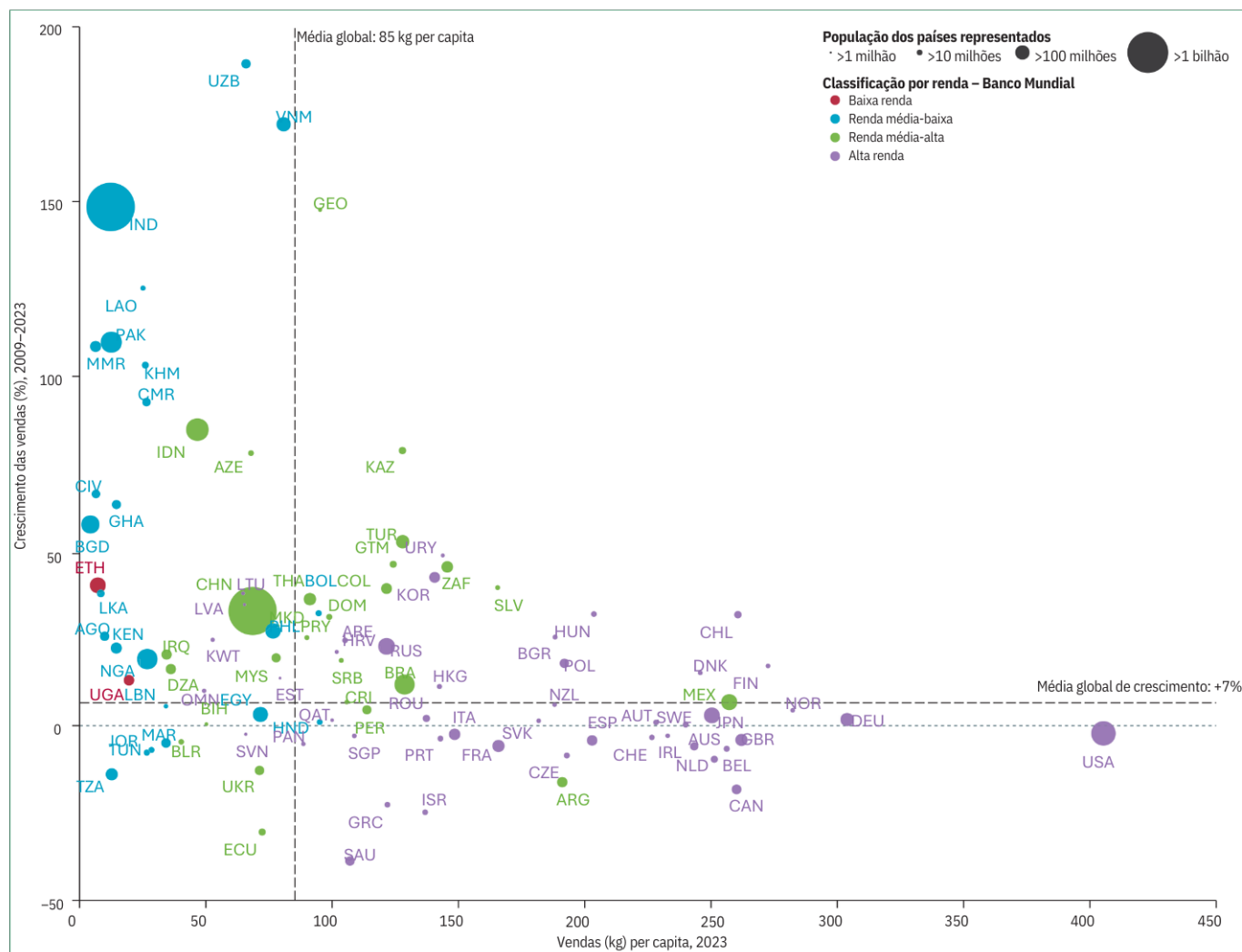
Nos anos 80, diante da estagnação das vendas em mercados domésticos de alta renda, a indústria de AUPs globalizou-se com novo vigor, buscando Novas oportunidades de crescimento em países de baixa e média renda (PBMRs), caracterizados por grandes populações urbanas, jovens e com rendas crescentes.^{46, 60, 61} Esse crescimento coincidiu com a desregulamentação do setor financeiro e com executivos enfrentando maior pressão de um movimento crescente de acionistas para buscar maiores lucros e retornos de curto prazo.^{42, 62, 63} A visão das lideranças da indústria nesse período passou a ser capturar não apenas participação de mercado, mas também as próprias dietas e corpos humanos, expressa em termos de “market share do estômago, da garganta e da boca”.^{64, 65} Em 1986, por exemplo, Roberto Goizueta, então presidente e CEO da Coca-Cola, declarou a investidores: “Neste momento, nos Estados Unidos, as pessoas consomem mais refrigerantes do que qualquer outro líquido, incluindo a água da torneira. Se aproveitarmos plenamente as oportunidades, veremos essa mesma onda se repetir mercado após mercado, até que eventualmente, a principal bebida do planeta será... refrigerantes, os nossos refrigerantes.”⁶⁶

Na mesma década, programas de ajuste estrutural obrigaram muitos governos de PBMRs a reorientar a produção agrícola, afastando-se de culturas tradicionais nutricionalmente importantes e direcionando-se para cultivos destinados às cadeias globais de commodities, enquanto abriam seus mercados ao investimento estrangeiro direto de corporações transnacionais de alimentos altamente capitalizadas.^{60, 67} A criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em meados da década de 1990, e a subsequente proliferação de acordos de livre comércio, capacitaram ainda mais as corporações de AUPs a se globalizar,^{60, 68} ao mesmo tempo em que impunham regras vinculantes sobre como os governos regulavam seus mercados, muitas vezes com efeito intimidatório sobre os reguladores.^{69, 70} Nesta época, corporações como Archer Daniels Midland, Bunge, Cargill, COFCO, Louis Dreyfus e Wilmar controlavam grande parte do comércio mundial de grãos e oleaginosas, fornecendo ingredientes básicos baratos às redes globais de produção em expansão da indústria de AUPs.^{37, 71, 72} Um folheto da Cargill descrevia seu papel da seguinte forma: “Somos a farinha do seu pão, o trigo do seu macarrão, o sal das suas batatas fritas. Somos o milho da sua tortilha, o chocolate da sua sobremesa e o adoçante do seu refrigerante.”^{73, 74}

Entre 1988 e 2001, as empresas de tabaco Philip Morris e R.J. Reynolds adquiriram grandes fabricantes de AUPs, usando sua expertise para desenvolver novos produtos hiperpalatáveis e formadores de hábito.⁷⁵ As agências de publicidade globalizaram-se junto com as principais corporações de AUPs, ajudando a adaptar marcas globais a mercados emergentes⁶⁸ e a utilizar Novas e poderosas formas de marketing digital para gerar demanda, frequentemente direcionadas a crianças.^{76, 77}

Desde os anos 1980, redes de fast-food como McDonald's e Yum! Brands expandiram-se rapidamente, oferecendo refeições ultraprocessadas.³⁷ Nos anos 1990, redes de supermercados como Walmart, Carrefour e 7-Eleven passaram a distribuir AUPs em larga escala e a baixo custo.^{61, 78} Foram estabelecidas redes de microdistribuição para alcançar consumidores de baixa renda e em locais remotos, como exemplificado pelas lojas de bairro (“tiendas”) da Coca-Cola no México e pela força de vendas porta a porta da Nestlé nas favelas urbanas do Brasil.^{20, 37}

À medida que a indústria de AUPs gerava obesidade e doenças crônicas relacionadas à alimentação, as indústrias farmacêutica, de cirurgia bariátrica e de dietas passaram a oferecer soluções baseadas no mercado, incluindo novos medicamentos agonistas do GLP-1, para aqueles capazes de pagá-las.



Para criar dúvidas e minimizar preocupações de saúde e outros riscos relacionados aos AUPs, a indústria influencia a produção de conhecimento e o debate científico.^{123,125} Lobistas usam pesquisas patrocinadas pela indústria para moldar os argumentos de políticas, reforçados por relações estreitas com acadêmicos, associações profissionais, órgãos governamentais de pesquisa e jornalistas.^{65,106} A rede global de influência científica da indústria é extensa. Identificamos aproximadamente 3800 artigos publicados entre 2008 e 2023 que divulgaram financiamento ou interesses mencionando fabricantes de AUPs. Esses estudos foram escritos por mais de 14 000 indivíduos filiados a corporações, universidades, governos e organizações da sociedade civil, majoritariamente nos EUA e na UE (apêndice p. 2). Entre esses artigos, 33% focaram em balanço energético ou atividade física, uma estratégia científica corporativa conhecida, destinada a transferir a culpa dos produtos e das práticas corporativas.^{124,127} Uma rede de grupos científicos corporativos de fachada dissemina essa pesquisa (mostrada em azul claro na figura 2).¹²⁸⁻¹³⁰ Declarações de posicionamento recentes de muitos desses grupos apresentam argumentos comuns destinados a criar suposta dúvida sobre o conceito de AUPs, exacerbar a incerteza científica, confundir processamento com ultra-processamento, enfatizar soluções preferidas pela indústria (por exemplo, reformulação) e pressionar por parcerias corporativas (entre outros; apêndice pp. 5–6).^{131,132,276} Esses argumentos devem ser distinguidos de críticas científicas válidas à Nova, ao conceito de AUP e à base de evidências que o sustenta (ver o primeiro artigo¹ desta Série).

	Descrição	Exemplos ilustrativos
Influência direta sobre formuladores de políticas (isto é, o poder da ação corporativa direta)		
Lobby e financiamento político	<p>Lobistas atuam junto a formuladores de políticas públicas para bloquear, enfraquecer ou adiar regulações e garantir isenções fiscais, subsídios e outras formas de apoio governamental.^{65, 106} Doações são feitas a partidos políticos, muitas vezes favorecendo candidatos alinhados a interesses corporativos.¹¹² Lobistas enfatizam compromissos de responsabilidade social corporativa e ações voluntárias, alegando que regulações prejudicam investimentos, empregos e economias.^{133, 134} A influência é exercida por meio de redes sociais de elite e participação em processos decisórios.¹⁰⁴ Os lobistas oferecem ajuda na redação de leis, realizam reuniões a portas fechadas e organizam conferências, eventos de engajamento e visitas a fábricas.^{104, 112}</p>	<p>Entre 1998 e 2020, a indústria de alimentos e bebidas dos EUA gastou US\$ 1,15 bilhão em lobby junto ao governo americano; Coca-Cola, PepsiCo, Consumer Brands Association e American Beverages Association foram os principais financiadores.¹³⁵ Antes da proibição de doações corporativas em 2015, mais da metade dos parlamentares brasileiros foi eleita com recursos da indústria; em 2014, a JBS Foods doou US\$ 112 milhões, a Coca-Cola US\$ 6,5 milhões e o McDonald's US\$ 560 mil.¹¹³ Entre 2014 e 2022, lobistas da indústria reuniram-se 237 vezes com autoridades do governo chileno, incluindo 55 reuniões com ministros e congressistas, sendo 43 delas com lobistas da Nestlé.¹³⁴</p>
Infiltração de agências reguladoras e cooptação de aliados estatais	<p>Órgãos públicos e agências reguladoras são infiltrados ou influenciados para favorecer resultados alinhados a interesses corporativos.^{65, 106} Executivos da indústria buscam cargos em administrações políticas e órgãos reguladores, enquanto ex-funcionários públicos são contratados como executivos ou lobistas, num fenômeno conhecido como porta giratória.¹³⁶ Agências governamentais são mobilizadas para atuar em advocacy da indústria, inclusive em organismos da ONU ou em negociações bilaterais. Quando o acesso é negado, criam-se novos espaços de influência.¹³⁶</p>	<p>Em 2024, entre 326 lobistas empregados pela indústria de alimentos e bebidas dos EUA, 211 (64,7%) eram ex-funcionários públicos.¹³⁷ O ex-presidente da Coca-Cola México, Vicente Fox, tornou-se presidente do país, levando executivos da indústria a posições estratégicas na administração, inclusive na formulação de políticas de saúde.^{138, 139} Na Colômbia, os Ministérios do Comércio e da Agricultura e o Instituto Nacional de Vigilância de Alimentos e Medicamentos (INVIMA) alinharam-se às posições da indústria, opondo-se à Nova regulamentação de rótulos de advertência frontais.¹⁴⁰</p>
Litígio	<p>Ações judiciais — ou a ameaça delas — são usadas para enfraquecer, atrasar ou revogar regulações; impor encargos de capacidade ao governo; e exercer um efeito intimidatório sobre os reguladores;^{94, 141} ações judiciais corporativas contestaram mandatos e procedimentos de agências regulatórias, alegaram infrações de propriedade intelectual e violações de leis comerciais, e questionaram a constitucionalidade de regulações;^{142, 143} os EUA, a UE e governos alinhados frequentemente intervêm em comitês da OMC para se opor a regulações relacionadas aos AUPs propostas por outros governos;^{95, 136} essas intervenções defendem medidas menos restritivas ao comércio e alegam que as regulações são cientificamente injustificadas ou mais restritivas do que os padrões do Codex.^{95, 97}</p>	<p>No México, a indústria ingressou com 50 ações judiciais para adiar a regulamentação de rótulos frontais de advertência, alegando violação da liberdade de expressão comercial e de direitos de propriedade intelectual.¹⁴³ Na Indonésia, a implementação da rotulagem foi adiada após alegações de violação de leis de comércio apresentadas ao gabinete presidencial e 11 intervenções de governos estrangeiros em reuniões da OMC.¹⁴⁴ Desde 2020, o McDonald's interpôs 14 recursos contra conselhos municipais britânicos e reverteu cinco decisões que proibiam novos restaurantes por motivos de saúde pública, utilizando ameaças legais, depoimentos médicos e patrocínios locais como forma de pressão.¹⁴⁵</p>

Promoção de modelos de governança corporativa favoráveis, formas de regulação e sociedades civis (isto é, o poder das instituições corporativas)

<p>Promoção da governança multissetorial</p>	<p>Parcerias e iniciativas multissetoriais são promovidas e lideradas pela indústria de AUPs, envolvendo governos, ONGs e especialistas.¹⁰⁸ Esse modelo concede às corporações posição privilegiada no diálogo político e na definição de agendas, fortalecendo sua legitimidade por meio de associações com governos, agências da ONU (blue-washing), ONGs e universidades.²² O processo dilui responsabilidades, reduz o potencial de conflito e resulta em regulações mais brandas ou voluntárias.^{121, 146}</p>	<p>Durante o debate sobre a lei de rotulagem frontal na Colômbia, a indústria formou a Aliança pela Nutrição Infantil, firmou pacto com o Ministério Público e estabeleceu parcerias com o Ministério da Saúde, o Conselho Presidencial para Crianças e Adolescentes e a Associação Durante o debate sobre a lei de rotulagem frontal na Colômbia, a indústria formou a Aliança pela Nutrição Infantil, firmou pacto com o Ministério Público e estabeleceu parcerias com o Ministério da Saúde, o Conselho Presidencial para Crianças e Adolescentes e a Associação Nacional de Neonatologia.¹⁴⁰</p> <p>Na Austrália, o sistema voluntário de classificação por estrelas (Health Star Rating) — criado em parceria público-privada, apareceu em apenas 32% dos produtos após dez anos,¹⁴⁷ com muitos AUPs recebendo notas altas,¹⁴⁸ evidenciando seu uso como ferramenta de marketing.</p> <p>O Programa Mundial de Alimentos (PMA) mantém parcerias com PepsiCo, Mars e Yum! Brands,¹⁴⁹ esta última afirmando ser seu maior doador corporativo.¹⁵⁰</p>
<p>Autorregulação e substituição de políticas públicas</p>	<p>A autorregulação voluntária é promovida para prevenir, adiar ou substituir regulações obrigatórias.^{120, 122} Essa prática projeta uma imagem positiva de proatividade e responsabilidade enquanto atividades de lobby continuam.¹²² Engloba rotulagem, marketing e compromissos de sustentabilidade, geralmente mais fracos do que políticas públicas equivalentes.¹²² A implementação é irregular, carece de transparência e varia entre países e corporações.¹⁵¹</p>	<p>No México, lobistas promoveram o modelo preferido pela indústria — Guideline Daily Amount (GDA) — como substituto da rotulagem frontal de advertência.¹⁵²</p> <p>Na África do Sul, grupos industriais destacaram ações voluntárias de marketing e rotulagem para se opor ao imposto sobre bebidas adoçadas com açúcar (SSB).¹⁵³</p> <p>Na Austrália, a indústria lançou iniciativas voluntárias de reformulação e marketing antes ou durante anúncios governamentais, neutralizando políticas em discussão.^{116, 154}</p>
<p>Infiltrar, dividir e desestabilizar a sociedade civil</p>	<p>A indústria de AUPs estabelece parcerias com organizações da sociedade civil para ampliar a legitimidade e dividir opositores.^{104, 155} Entidades comunitárias, esportivas, midiáticas e profissionais de saúde recebem financiamento, bolsas e prêmios.⁹² Esse patrocínio fragiliza coalizões de saúde pública e cria dependência econômica.¹⁰⁴ Corporações também oferecem oportunidades de micro-varejo e programas comunitários, criando redes políticas locais.^{112, 156}</p>	<p>Embora o patrocínio do tabaco aos Jogos Olímpicos tenha terminado em 1984, a Coca-Cola permanece como patrocinadora histórica.⁹²</p> <p>O McDonald's mantém 260 Casas Ronald McDonald com programas de apoio a famílias em 60 países.¹⁵⁷</p> <p>A Coca-Cola financiou a Federação Mexicana de Diabetes, que depois encerrou suas ações de advocacy em políticas alimentares.^{139, 158}</p> <p>A Nestlé patrocinou o Prêmio Africano de Alimentação (Africa Food Prize), promovendo uma imagem de compromisso com nutrição e segurança alimentar.¹⁵⁹</p>

Direcionar o debate público e criar dúvida científica (isto é, o poder das ideias corporativas)		
“Higienização” de imagem e da cadeia de suprimentos	Fabricantes de AUPs desenvolvem novos produtos e divulgam iniciativas de cadeia de suprimentos para projetar uma imagem saudável e sustentável; ^{65, 128} o health-washing envolve fortalecer, funcionalizar ou reformular produtos para oferecer soluções para obesidade e doenças relacionadas à alimentação; ^{65, 160} o greenwashing posiciona produtos como ambientalmente sustentáveis (por exemplo, com redução de embalagens plásticas e uso de óleo de palma de origem sustentável); ^{161, 162} esse washing transforma mensagens de saúde pública do tipo “não consuma” em “consume nossas versões idênticas, porém mais saudáveis ou mais verdes”; ^{65, 163} tais estratégias obscurecem danos e promovem uma imagem socialmente responsável, reforçando a legitimidade da indústria de AUPs na governança e na formulação de políticas. ²²	Entre 2000 e 2019, novos produtos AUP (com alegações de funcionalidade, fortificação e reformulação) lançados pelas principais corporações da indústria cresceram de 2000 para aproximadamente 40000; ⁵ a Coca-Cola fez 50 compromissos globais de redução de calorias e açúcar, posicionando a reformulação como uma resposta legítima à obesidade; ¹⁶⁴ em 2022, a Nestlé afirmou ter fornecido 129,2 bilhões de porções de nutrição acessível com fortificação de micronutrientes por meio de seus produtos; ¹⁶⁵ o óleo de palma é excluído de produtos para aliviar preocupações de saúde e ambientais de consumidores em países de alta renda, mas é amplamente utilizado como ingrediente nos mercados de muitos países de baixa e média renda. ^{72, 166}
Moldar e cooptar o debate público	A opinião pública é moldada por relatórios de responsabilidade social, campanhas em mídia, influenciadores e conteúdo patrocinado. ^{22, 104} A mensagem transfere culpa para o comportamento individual e minimiza causas estruturais da obesidade, apresentando opositores como elitistas e governos como intervencionistas. ^{167, 115} Relações financeiras com meios de comunicação bloqueiam mensagens de saúde pública. ¹¹⁵	Documentos corporativos mostram ênfase deliberada em “dietas equilibradas”, “atividade física” e “educação” como soluções. ^{127, 168} Relatórios de RSC destacam “escolha consciente” e “controle de porções”. ²² A General Mills contratou influenciadores nutricionistas para divulgar hashtags como #derailtheshame e #nobadfoods. ¹⁶⁹ Na Colômbia, a maior engarrafadora de refrigerantes usou sua propriedade de mídia e litígios para bloquear campanhas pró-imposto sobre bebidas adoçadas. ¹¹⁵
Produção de evidências e fabricação de dúvida científica	As corporações financiam grandes divisões internas de pesquisa e grupos científicos externos de fachada, além de acadêmicos e instituições de pesquisa; ¹²⁸ a ciência corporativa sustenta o marketing, a negação e a transferência de culpa, e ajuda a desacreditar evidências e cientistas desfavoráveis; ¹⁷⁰ isso inclui financiar estudos de pesquisa, estabelecer parcerias acadêmicas e contratar influenciadores científicos para desafiar consensos; a indústria também patrocina conferências, seminários e eventos científicos, moldando discussões, agendas e métodos aceitos no campo; esse patrocínio gera viés, compromete a integridade científica e promove determinados produtos, soluções ou narrativas favoráveis à indústria. ¹²⁸	Revisões sistemáticas sobre bebidas açucaradas e obesidade foram cinco vezes mais propensas a não encontrar associação quando financiadas pela indústria. ¹⁷¹ A Coca-Cola criou a Global Energy Balance Network, que culpava o sedentarismo, não os produtos. ¹²⁷ O International Life Sciences Institute (ILSI) influenciou o governo chinês a focar em atividade física, desviando atenção dos produtos. ¹³⁰ No Reino Unido, diretrizes clínicas patrocinadas pela indústria levaram ao sobrediagnóstico de alergia à proteína do leite, com aumento de prescrições de fórmulas infantis especializadas. ^{172, 173}
Sintetizamos as categorias usadas na tabela a partir de referenciais teóricos sobre poder corporativo, ^{22, 23, 80, 89} e de estratégias presentes na literatura sobre atividade política corporativa da indústria de AUPs e determinantes comerciais da saúde. ^{3, 106, 112, 174} As categorias usadas na tabela não são exaustivas e são desenvolvidas com maior detalhamento na literatura citada. Conceituamos essas formas de poder e estratégias como sobrepostas e mutuamente reforçadoras — por exemplo, lobbyistas frequentemente usam ciência corporativa para fornecer insumos técnicos em processos de formulação de políticas ou na redação de Novas regulações; a infiltração de administrações governamentais e agências regulatórias por executivos corporativos promove e reforça preferências por governança multissetorial; e campanhas de responsabilidade social corporativa e estratégias ancoradas em produtos ajudam lobbyistas corporativos e grupos de fachada a legitimar seu papel na governança e no desenvolvimento de políticas.		
Tabela 1: Estratégias políticas da indústria de alimentos ultraprocessados		

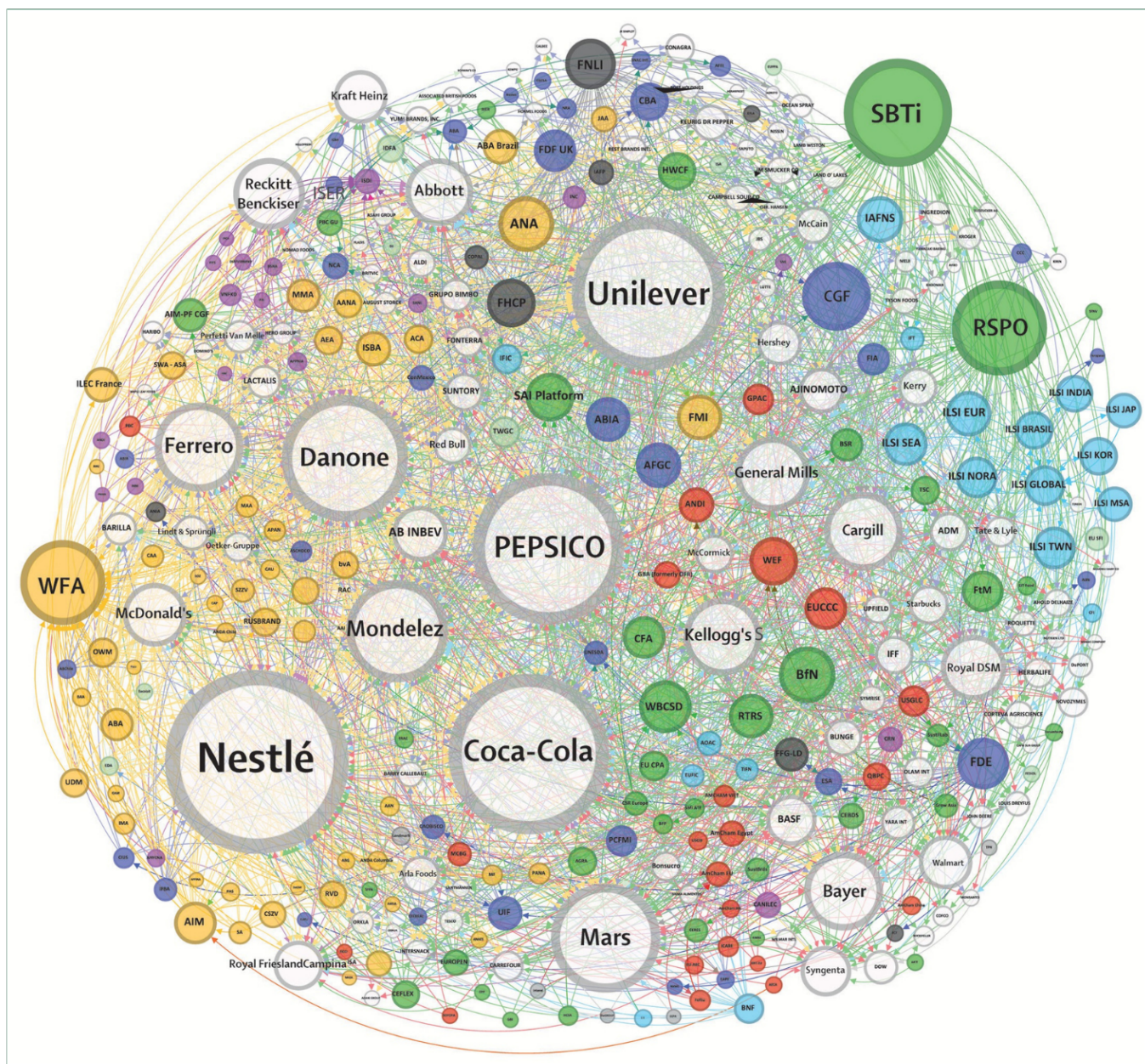


Figura 2: A rede global de influência política dos grupos de interesse corporativo da indústria de alimentos ultraprocessados O tamanho dos círculos é proporcional ao número de conexões com grupos de interesse na rede. As linhas indicam vínculos declarados de filiação. Os dados iniciais foram obtidos a partir das declarações de pertencimento disponíveis nos sites das empresas e complementados com informações adicionais de filiação encontradas nos sites de grupos de interesse, repetindo-se o processo até que não surgissem novos dados. Registramos as filiações conforme declaradas nos sites no momento da coleta. Os círculos brancos representam corporações da indústria de alimentos ultraprocessados; os círculos vermelhos representam associações empresariais gerais, como o Fórum Econômico Mundial e as Câmaras Americanas de Comércio; os círculos amarelos representam associações de marcas e publicidade, com destaque para a Federação Mundial de Anunciantes e seus membros; os círculos verdes representam organizações de responsabilidade social corporativa e iniciativas multisetoriais, como a Mesa Redonda de Óleo de Palma Sustentável, a Iniciativa de Metas Baseadas na Ciência e o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável; os círculos azul-escuro representam associações de fabricantes de alimentos, bebidas e produtos de supermercado, como a Aliança Internacional de Alimentos e Bebidas, o Conselho Internacional de Associações de Bebidas e a Associação de Marcas de Consumo; os círculos lilás representam associações de nutrição infantil que reúnem fabricantes de alimentos para bebês, como a Associação Internacional de Indústrias de Alimentos Dietéticos Especiais e seus membros; os círculos verde-claro representam grupos da agroindústria, incluindo associações da produção primária, processamento e ingredientes, como a Associação Internacional de Produtos Lácteos; e os círculos azuis representam organizações científicas e de informação ao consumidor financiadas pela indústria, como o Conselho Europeu de Informação Alimentar, a Fundação Britânica de Nutrição e o Instituto Internacional de Ciências da Vida. Esses grupos exercem funções distintas: associações de fabricantes (círculos azul-escuro) pressionam legisladores e lideram iniciativas de comunicação e relações públicas; associações de marcas e publicidade (círculos amarelos) promovem liberdade de marketing e autorregulação; e os grupos agroindustriais (círculos verde-claro) atuam em defesa dos produtores de ingredientes. Grupos de fachada subnacionais que aparentam representar a opinião pública local, mas frequentemente se opõem a regulações municipais ou impostos sobre bebidas açucaradas — como ocorre em diversas jurisdições nos Estados Unidos¹⁰⁸ — não estão representados na figura. Este gráfico foi gerado no software Gephi versão 0.9.5 (Association Gephi).

Mobilização de uma resposta global aos alimentos ultraprocessados

Os AUPs constituem um problema de saúde global politicamente negligenciado. Embora a carga global de doenças atribuível ao padrão alimentar de ultraprocessados ainda não esteja estabelecida, as respostas governamentais estão muito aquém dos 3,9–

13,7% de todas as mortes prematuras recentemente estimadas em oito países.¹⁹⁷ Esta seção descreve estratégias para mobilizar uma resposta global aos AUPs, com foco na redução do poder da indústria nos sistemas alimentares, na mobilização de ação coletiva e na geração de compromisso político para intervenção regulatória (Tabela 2). Dado que os países diferem em seu estágio de transição alimentar e em sua prontidão institucional, as respostas políticas devem ser adaptadas às prioridades locais, à capacidade de implementação e ao contexto (ver o segundo artigo desta Série).

Reduzindo o poder da indústria de alimentos ultraprocessados nos sistemas alimentares

O primeiro conjunto de estratégias que destacamos visa interromper e reduzir o poder econômico e político da indústria de AUPs nos sistemas alimentares. Assim como a transição de combustíveis fósseis para sistemas de energia renovável, a mudança dos AUPs para sistemas alimentares sustentáveis requer uma visão econômica alternativa que confronte estruturas corporativas de poder profundamente enraizadas, redistribua oportunidades e recursos e priorize a reforma da governança.^{9, 24, 27} A implementação dessas estratégias poderia desencadear desinvestimento na indústria de AUPs, imobilizando ativos corporativos, impactando o valor para acionistas e enviando fortes sinais de risco aos mercados financeiros. Analistas financeiros devem considerar a significativa exposição ao risco dos fabricantes de AUPs, especialmente aqueles fortemente dependentes do ultraprocessamento.¹⁹⁸

Painel 3: Um exame das iniciativas multissetoriais da indústria de alimentos ultraprocessados, das alegações de responsabilidade social corporativa e das implicações para a governança alimentar

Na década de 1980, após décadas de cooperação intergovernamental por meio do sistema multilateral da ONU, emergiu uma abordagem mais orientada ao mercado e descentralizada para a governança global, com um papel muito maior para corporações e outros atores privados.¹⁷⁵ Mais recentemente, grupos empresariais poderosos, como o Fórum Econômico Mundial, promoveram uma nova visão de capitalismo global esclarecido (denominado capitalismo dos stakeholders), conclamando as corporações transnacionais a priorizar todos os atores sociais e não apenas acionistas, para que desempenhem papéis centrais no desenvolvimento sustentável.¹⁷⁶

Em primeiro lugar, as inúmeras iniciativas multissetoriais das quais participa a indústria de alimentos ultraprocessados (Figura 2) tornaram-se hoje um elemento estrutural central da governança alimentar global.¹²³ Ao se associar a governos, organismos multilaterais, organizações da sociedade civil e pesquisadores nessas iniciativas, as empresas ampliam sua legitimidade política por associação — incluindo o chamado blue-washing, ao estabelecer parcerias com agências da ONU. Esse modelo de governança despolitiza os problemas alimentares ao envolver outros atores nas negociações, o que frequentemente resulta em soluções mais fracas e com impacto mínimo sobre a lucratividade corporativa, como a reformulação de produtos em vez de restrições à publicidade.^{124, 125} Esse processo contribui para resultados como os observados na Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU, que “permaneceu em silêncio quanto ao problema do poder corporativo”.^{173–175} Sistemas de pontuação utilizados para avaliar responsabilidade corporativa reforçam essa lógica de governança ao deslocar o foco das regulações obrigatórias para incentivos reputacionais e para o desempenho em rankings — métricas amplamente utilizadas por empresas de ultraprocessados para projetar uma imagem de conduta responsável.^{81, 176} À medida que essas iniciativas multissetoriais se multiplicam, empresas e outros atores privados com grandes recursos passam a ser estruturalmente favorecidos para ocupar um número crescente de espaços de governança, inclusive fora do sistema multilateral.^{26, 172}

Em segundo lugar, a responsabilidade social corporativa (RSC), como estratégia de marketing, posiciona a indústria como parte da solução para os danos associados aos alimentos ultraprocessados, em vez de reconhecê-la como parte estrutural do problema.^{124, 130} Um elemento central das alegações de RSC da indústria dos ultraprocessados são

O primeiro conjunto de estratégias que destacamos visa interromper e reduzir o poder econômico e político da indústria de AUPs nos sistemas alimentares. Assim como a transição de combustíveis fósseis para sistemas de energia renovável, a mudança dos AUPs para sistemas alimentares sustentáveis requer uma visão econômica alternativa que confronte estruturas corporativas de poder profundamente enraizadas, redistribua oportunidades e recursos e priorize a reforma da governança.^{9, 24, 27} A implementação dessas estratégias poderia desencadear desinvestimento na indústria de AUPs, imobilizando ativos corporativos, impactando o valor para acionistas e enviando fortes sinais de risco aos mercados financeiros. Analistas financeiros devem considerar a significativa exposição ao risco dos fabricantes de AUPs, especialmente aqueles fortemente dependentes do ultraprocessamento.¹⁹⁸

Reduzindo o poder econômico da indústria de alimentos ultraprocessados

Reiteramos as recomendações de políticas formuladas no segundo artigo desta Série, que desestimulam a produção, o marketing e o consumo de AUPs; reduzem o poder corporativo nos sistemas alimentares; e redistribuem recursos para outros tipos de produtores de alimentos e sistemas de provisão alimentar saudáveis.^{9, 24, 89} A ênfase política atual de muitos governos em responsabilidade do consumidor, reformulação de produtos e autorregulação da indústria faz muito pouco para interromper o modelo de negócios dos ultraprocessados.^{8, 41} Em vez disso, os governos podem adotar uma abordagem baseada em direitos e orientada para sistemas integrais, ancorada em políticas públicas e legislação, para regular os AUPs,^{7, 199} abordando não apenas os danos da indústria à saúde, mas também às economias alimentares, aos meios de subsistência de produtores, às culturas e ao meio ambiente (Tabela 3).^{184, 200, 201} Essa abordagem inclui redirecionar subsídios agrícolas para longe da produção de ingredientes commodities; introduzir políticas tributárias para desestimular a produção e assegurar que as corporações paguem pelos danos que geram; implementar leis que exijam transparência na origem de commodities, responsabilidade estendida do produtor para reciclagem de plásticos e que reduzam substancialmente o poder do marketing corporativo.^{7, 43, 101} Políticas de concorrência e leis antitruste podem ser usadas para dismantlar oligopólios nas cadeias de suprimento de AUPs e impedir maior consolidação do poder corporativo nos sistemas alimentares.^{24, 71}

Tratados e instrumentos internacionais de direitos humanos podem ser usados para responsabilizar Estados e corporações pelos danos relacionados aos AUPs, juntamente com a implementação de Novas leis internacionais, como os tratados da ONU propostos sobre corporações transnacionais e direitos humanos²⁰³ e sobre plásticos.^{102, 204} Ao afirmar a soberania alimentar, governos podem contestar investimentos

as soluções para a má nutrição baseadas em produtos — incluindo o enriquecimento de ultraprocessados para prevenir deficiências de micronutrientes, a reformulação voltada à prevenção da obesidade e o desenvolvimento de produtos especializados para perda de peso ou tratamento de doenças relacionadas à alimentação.^{21 142} Também são promovidas soluções ambientais, como o fornecimento de óleo de palma com menor impacto florestal, a agricultura regenerativa e embalagens com redução de plástico.¹⁴³ No entanto, apesar do discurso social e ambientalmente positivo, empresas de ultraprocessados continuam guiadas por imperativos financeiros que dependem do crescimento contínuo das vendas de produtos que, por sua natureza, são prejudiciais e socialmente desnecessários.^{143 177} Essas iniciativas atuam como distração, desviando o foco dos danos causados pelas cadeias produtivas de ultraprocessados — como o deslocamento de recursos destinados à produção de alimentos básicos, a expansão do desmatamento para cultivo de matérias-primas, a perda de biodiversidade e a crescente crise global do plástico.^{68 177 178} É provável que esses impactos sejam significativos, considerando que a PepsiCo afirma possuir uma pegada agrícola de 7 milhões de acres;¹⁷⁹ que a Nestlé tem uma pegada de carbono quase três vezes maior que a de seu país de origem, a Suíça;¹⁸⁰ e que Nestlé, Coca-Cola e PepsiCo figuram consistentemente entre as principais fontes de poluição plástica no mundo.^{181 182}

Em terceiro lugar, essas formas de governança ocultam ainda mais o papel desempenhado pela indústria de ultraprocessados na reprodução de antigas relações coloniais de extração de riqueza e recursos, de desenvolvimento desigual e de erosão cultural.^{183 184} Os gastos das famílias com ultraprocessados desviam recursos de produtores de alimentos cultural e nutricionalmente importantes em países de baixa e média renda, transferindo-os para empresas e investidores sediados em países de alta renda — o que compromete a sustentabilidade econômica dos sistemas alimentares locais.^{140 185} As empresas afirmam contribuir para o emprego e para as economias nacionais, mas não contabilizam o deslocamento das indústrias alimentares locais e dos meios de subsistência dos trabalhadores,^{31 68 186} ao mesmo tempo em que a minimização tributária reduz a capacidade dos governos de financiar políticas alimentares e nutricionais.¹⁸⁵ O modelo de governança empresarial multissetorial reforça essas relações coloniais: das 601 pessoas que governam as iniciativas multissetoriais identificadas, 82% eram de países de alta renda, quase metade (49%) apenas dos EUA e da União Europeia, enquanto apenas 16% e 2% eram provenientes de países de renda média e baixa, respectivamente.¹²³

Em quarto lugar, um dos argumentos frequentemente utilizados pelos defensores do chamado capitalismo das partes interessadas é o de que, dado que as empresas possuem grande influência, expertise e recursos, avanços substanciais só seriam possíveis com sua participação ativa na governança.¹⁷² Entretanto, há poucas evidências que sustentem a eficácia dessas iniciativas ou da autorregulação na mitigação dos desafios alimentares e nutricionais.^{131 187 188} Os fracassos são frequentes devido a desequilíbrios de poder, falhas de governança e desconfiança.¹⁸⁷ Os custos operacionais, a competição e outras forças de mercado anulam a autorregulação, refletindo-se em resultados muito desiguais entre empresas e mercados,¹⁸⁹ e alguns líderes do setor chegam a defender regulações que “nivelariam o campo de jogo”.^{190 191} É revelador que acionistas — especialmente investidores de grande porte como BlackRock, Vanguard e State Street — frequentemente se oponham a iniciativas ESG (Ambiental, Social e Governança) corporativas quando consideradas incompatíveis com a maximização de lucros no curto prazo: em 2022, apenas 11% dos acionistas da Coca-Cola, 13% da McDonald's e 14% da PepsiCo votaram a favor de tais propostas.⁵⁷

Por fim, outro argumento recorrente em defesa de parcerias e do engajamento empresarial é que governos e organismos multilaterais — incluindo agências da ONU responsáveis por alimentação e nutrição — seriam ineficazes na abordagem dos desafios globais do desenvolvimento. No entanto, tais argumentos ignoram ou evitam questionar o papel de corporações poderosas e governos aliados no enfraquecimento da capacidade multilateral, bem como deixam de enfrentar as causas estruturais da limitação da capacidade estatal, incluindo os mecanismos econômicos extrativos já descritos. Embora as agências da ONU sejam, em princípio, governadas democraticamente pelos Estados-membros, países doadores com grandes indústrias agroalimentares frequentemente exercem influência desproporcional nas decisões. Um exemplo disso é o lobby da indústria que molda a posição do governo dos Estados Unidos, frequentemente contrária às políticas e ao trabalho técnico da OMS sobre açúcar, dietas não saudáveis, publicidade de substitutos do leite materno, gestão de conflitos de interesse em programas de nutrição — e até sobre o próprio financiamento da organização.^{81 166 192}

estrangeiros diretos de corporações de AUPs como prejudiciais às economias nacionais, aos direitos à alimentação e à saúde, e ao desenvolvimento sustentável.^{88, 190, 191, 200} Programas do Codex e padrões alimentares nacionais podem ser reformados para combater a proliferação de AUPs, ampliando princípios regulatórios para abranger danos de longo prazo à saúde humana e ao meio ambiente, além dos riscos agudos de segurança.^{83, 99} Além disso, governos podem implementar integralmente o Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno na legislação nacional, garantindo cobertura para alimentos comercializados para lactentes e crianças pequenas, muitos dos quais são ultraprocessados.^{58, 205}

Reduzindo o poder político da indústria de AUPs

Conter o poder corporativo nos sistemas alimentares começa com reformas de governança que definem novas regras de participação e salvaguardas contra conflitos de interesse (COI). Todos os atores podem boicotar ativamente parcerias, iniciativas e atividades científicas que envolvam a indústria de AUPs e promover a posição normativa de que a indústria está no cerne do problema, e não é parte da solução.^{24, 181, 206} Governos podem adotar medidas, seguindo o Artigo 5.3 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, para proteger o desenvolvimento de políticas alimentares contra interferência corporativa.^{27, 206} A Lei Geral sobre Alimentação Adequada e Sustentável do México, referência global, estabelece essa proteção, juntamente com mecanismos de representação da sociedade civil e forte responsabilização social.²⁰⁷ Governos podem exigir divulgação de doações políticas, registros de transparência de lobbyistas e aplicar limites, proibições ou longos períodos de quarentena para encerrar a “porta giratória” entre indústria e governo.^{25–27} Essas medidas podem permitir o monitoramento sistemático da atividade política corporativa da indústria de AUPs, como demonstrado na Austrália, no Chile e nos EUA.^{119, 134, 208}

Os EUA, a UE e outros governos podem encerrar suas intervenções em defesa da indústria de AUPs na OMC e bilateralmente por meio de diplomatas comerciais,²⁰⁵ remover lobbyistas da indústria de suas delegações ao Codex e, em vez disso, apoiar a participação de grupos de saúde e consumidores.^{95, 97} Recomendações de políticas baseadas em evidências podem ser desenvolvidas por especialistas sem COIs comerciais, como exemplificado pelas comissões de guias alimentares no Brasil e no México,^{9, 209} evitando a abordagem conflituosa adotada no Reino Unido e nos EUA.^{210, 211}

	Ações recomendadas
Cidadãos e famílias	Evitar AUPs sempre que possível, dando preferência a alimentos variados in natura e minimamente processados, bem como a refeições e preparações culinárias frescas; apoiar produtores locais, mercados e vendedores que forneçam esses alimentos; e votar em candidatos comprometidos em regular a indústria de AUPs.
Todos os atores, por meio de redes globais e coalizões nacionais	Priorizar os AUPs como uma questão global de saúde pública, direitos humanos e sistemas alimentares sustentáveis; construir uma rede global de ação para amplificar a voz coletiva, promover aprendizado e coordenar respostas, articulando-se com esforços mais amplos para promover dietas saudáveis e sustentáveis; encerrar o financiamento proveniente da indústria de AUPs, contestar ativamente e boicotar parcerias, iniciativas, eventos e atividades científicas a ela associados, e redefinir a indústria como parte central do problema — e não da solução; estabelecer amplas coalizões nacionais de advocacy para liderar as respostas, compostas por organizações e movimentos da sociedade civil, líderes governamentais, pesquisadores, jornalistas, financiadores e agências da ONU, garantindo que seus membros estejam livres de conflitos de interesse; líderes devem unificar os membros da coalizão criando oportunidades de diálogo, desenvolvendo manifestos que definam claramente metas, responsabilidades e mensagens consensuais, assegurando que os membros falem com uma única voz; coordenar ações globais e nacionais, incluindo advocacy político, comunicação com a mídia, apoio jurídico, litígios estratégicos, pesquisa e desenvolvimento de capacidades para impulsionar mudanças políticas, especialmente durante janelas de oportunidade política (por exemplo, ciclos eleitorais).
Líderes políticos e governos	Interromper o modelo de negócios de ultraprocessados, eliminando subsídios que apoiam a produção de AUPs, adotar marcos abrangentes de políticas regulando as práticas da indústria e usar múltiplos instrumentos regulatórios para reduzir o poder corporativo nas cadeias de suprimentos; garantir que processos políticos nacionais e internacionais, inclusive os de elaboração de guias alimentares, estejam protegidos da interferência da indústria, permitindo apenas consultas públicas transparentes, quando necessário; consagrar em lei os direitos humanos à alimentação e à saúde, implementar marcos normativos e redirecionar subsídios para economias alimentares sustentáveis; reformar sistemas regulatórios alimentares para abordar segurança alimentar e danos à saúde pública e ao meio ambiente; ampliar o financiamento de agências de saúde pública para fortalecer esforços de redução e controle dos AUPs, e para que a OMS e outras agências da ONU desenvolvam e reforcem programas de trabalho relevantes; encerrar intervenções na Organização Mundial do Comércio, Codex e outros fóruns internacionais, por parte dos EUA, UE e de outras grandes nações produtoras de agroalimentos em defesa da indústria de AUPs, e deixar de usar o direito comercial para impedir que governos regulem seus mercados de AUPs.
Agências da ONU e bancos de desenvolvimento	Desenvolver marcos de políticas para a redução e o controle dos AUPs, estabelecer Novas metas e indicadores globais, programas técnicos, orientações para Estados-Membros e apoiar esforços de incidência em nível global e nacional; implementar uma abordagem unificada da ONU para o engajamento com a indústria de AUPs, encerrar parcerias corporativas, garantir que espaços de governança multilateral estejam livres da interferência da indústria e fortalecer o trabalho técnico sobre a redução de conflitos de interesse em políticas e programas.
Organizações da sociedade civil, profissionais e movimentos sociais	Utilizar campanhas de mídia para gerar conscientização e construir apoio para medidas de política de saúde pública direcionadas aos AUPs, incluindo informes técnicos e científicos voltados a autoridades governamentais e legisladores; construir coalizões amplas para reunir recursos e ampliar o poder, mobilizando o apoio de pessoas e grupos com interesses comuns, incluindo aqueles focados em movimentos relacionados à alimentação, juventude, meio ambiente, proteção do consumidor, equidade de gênero, povos indígenas, direitos humanos e decrescimento; estabelecer relações estreitas com veículos de comunicação, jornalistas e outras vozes influentes, nomeando porta-vozes capacitados para se manifestarem com força quando necessário, incluindo jovens e outros afetados pelos danos relacionados aos AUPs; associações médicas e profissionais de saúde devem assumir um papel de liderança, manifestando-se publicamente e encerrando patrocínios, programas de treinamento afiliados, co-branding, desenvolvimento de diretrizes clínicas e atividades científicas envolvendo a indústria de AUPs.
Acadêmicos, financiadores de pesquisa e periódicos científicos	Trabalhar em estreita colaboração com coalizões de advocacy e investir em pesquisas que apoiem a redução e o controle dos AUPs, adaptando as evidências globais aos contextos nacionais, e relatar ativamente as atividades de mercado e políticas da indústria de AUPs; encerrar concessões e parcerias com a indústria, excluir estudos financiados pela indústria ou pesquisadores a ela afiliados, ou, no mínimo, tornar as declarações de conflito de interesse muito mais visíveis nos sites de periódicos e nas páginas de título dos artigos; abordar lacunas de pesquisa e críticas científicas válidas (ver o artigo 1 da Série), diferenciando-as cuidadosamente das tentativas da indústria de AUPs de desacreditar a Nova e as evidências que vinculam dietas ultraprocessadas a desfechos adversos de saúde.

Juristas	Fortalecer a capacidade jurídica relacionada aos AUPs dentro de agências da ONU, governos, organizações da sociedade civil e academia, incluindo para garantir que as medidas de política sejam bem elaboradas, possam ser implementadas de forma eficaz e resistam ao escrutínio jurídico; fornecer apoio legal a governos que enfrentam oposição da indústria, litígios e desafios comerciais; e realizar litígios estratégicos para apoiar a aplicação regulatória, gerar compensação para aqueles afetados pelos danos relacionados aos AUPs e promover mudanças normativas.
Comunicadores, jornalistas e produtores de mídia	Combinar mensagens baseadas em evidências sobre os impactos dos AUPs na saúde, os custos econômicos e os benefícios das intervenções, com mensagens baseadas em valores que enfatizem os direitos humanos e o interesse superior da criança, e expor práticas prejudiciais da indústria; antecipar e contrapor ativamente o discurso da indústria em espaços públicos e políticos; questionar e deslegitimar ativamente as supostas contribuições da indústria de AUPs para a nutrição, saúde pública, economia e desenvolvimento sustentável; criar conteúdo para plataformas populares de mídia, incluindo televisão aberta, por assinatura e serviços de streaming, para explicar os danos dos AUPs, expor práticas prejudiciais da indústria e encontrar formas criativas de comunicar as soluções apresentadas nesta Série.
Financiadores e doadores	Considerar a notável exposição a riscos das principais empresas da indústria de AUPs, desinvestir fundos dessa indústria e reinvestir em empresas e setores que produzam alimentos alinhados a dietas saudáveis e sustentáveis; mobilizar recursos financeiros para a redução e o controle dos AUPs em níveis global e nacional, de forma contínua e sustentada ao longo do tempo, para apoiar coalizões de advocacy, capacitação, pesquisa e campanhas de mídia, contribuindo para impulsionar mudanças políticas e sociais de impacto.

Essas recomendações foram sintetizadas a partir de literatura acadêmica e cinzenta, de propostas feitas por participantes do estudo em entrevistas e workshops, e de discussões adicionais entre coautores e comentários de especialistas.
AUP=alimentos ultraprocessados.

Tabela 2: Estratégias para mobilizar uma resposta global de saúde pública aos alimentos ultraprocessados

Com base na liderança da UNICEF,²¹² agências da ONU podem implementar uma abordagem unificada para o engajamento com a indústria de AUPs, e a OMS pode fortalecer seu trabalho técnico sobre COIs,^{34, 35} alinhando-se a iniciativas semelhantes do Banco Mundial e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.²⁵ A OMS pode reforçar seu Marco de Engajamento com Atores Não Estatais e garantir que Novas iniciativas de financiamento (por exemplo, a Fundação OMS) evitem convidar influência corporativa indevida.^{213, 214}

Governos e outros integrantes do Scaling Up Nutrition Movement podem implementar mecanismos mais robustos de proteção contra conflitos de interesse (COI).²¹⁶ Iniciativas de responsabilização baseadas em scorecards, incluindo os contínuos Stocktakes da Cúpula dos Sistemas Alimentares da ONU,²¹⁷ podem encerrar a prática de solicitar compromissos voluntários de corporações de ultraprocessados — compromissos que, na prática, legitimam sua participação na governança alimentar — e, em vez disso, passar a exigir regulamentação obrigatória. Além disso, associações profissionais podem encerrar patrocínios e co-branding com a indústria de AUPs,^{58, 217} seguindo a liderança da Sociedade Latino-Americana de Nutrição.²¹⁸ Acadêmicos e universidades devem reconhecer que COIs e parcerias com a indústria prejudicam a integridade científica, exigir expansão do financiamento público para pesquisa e rejeitar financiamento da indústria de AUPs.^{128, 217} Periódicos acadêmicos podem ir além da dependência atual de declarações de interesse — frequentemente escondidas em trechos pouco visíveis dos artigos —

para rejeitar publicidade patrocinada pela indústria, excluir ativamente artigos com vínculos industriais ou, no mínimo, tornar as declarações de COI mais visíveis nas páginas de título dos artigos e nos sites das revistas.^{65, 128}

Garantindo uma transição justa para dietas com baixo teor de alimentos ultraprocessados

Os esforços para reduzir o consumo de AUPs devem estar fundamentados em uma visão mais ampla de uma transição para um sistema alimentar sustentável e justo, uma visão que reconheça as realidades vividas pelas pessoas; garanta a distribuição equitativa de poder, oportunidades e recursos; e priorize as necessidades daqueles mais afetados por mudanças alimentares e econômicas.

Governos podem adotar marcos de políticas públicas para construir de forma proativa economias alimentares sustentáveis, ancoradas na soberania alimentar; em princípios agroecológicos; nos direitos à alimentação, à saúde e ao usufruto da cultura; e nos direitos da criança.^{189, 219, 220} Eles podem adotar estruturas de governança participativa para garantir que grupos da sociedade civil, produtores locais de alimentos e comunidades afetadas ocupem posição central nos processos de tomada de decisão, e que respostas multissetoriais sejam elaboradas e implementadas de forma eficaz.²⁰⁷ As políticas devem buscar fortalecer mercados alimentares territoriais, que ofereçam

empregos e meios de subsistência seguros a diversos produtores locais, e forneçam alimentos e refeições nutritivos e culturalmente apropriados por meio de mercados públicos, escolas e outras instituições, cozinhas comunitárias e vendedores.^{29, 189, 220} Iniciativas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Brasil, que estabelece a obrigatoriedade de adquirir 30% dos alimentos de agricultores familiares, ilustram como a inclusão econômica pode gerar apoio público de longo prazo às políticas.²²¹ Ao trabalhar de perto com comunidades de baixa renda que podem depender de AUPs de baixo custo, governos podem garantir que a transição alimentar não aprofunde a insegurança alimentar e que alternativas acessíveis estejam amplamente disponíveis.^{2, 189} A compensação e a requalificação de trabalhadores e pequenos negócios dependentes da produção e venda de AUPs podem aumentar o apoio à transição alimentar e enfraquecer tentativas corporativas de mobilizá-los contra tais mudanças.

Qualquer transição para longe dos AUPs deve promover justiça de gênero. Simplesmente incentivar um retorno ao preparo doméstico de alimentos corre o risco de aprofundar a distribuição desigual do trabalho não remunerado de alimentação e cuidado, que em muitos contextos recai desproporcionalmente sobre as mulheres.^{47, 222} As famílias frequentemente dependem de alimentos de conveniência para equilibrar as demandas concorrentes do trabalho remunerado com o cuidado de crianças e outros familiares.⁴⁷ Uma transição justa exige garantir às mulheres acesso a alternativas acessíveis, nutritivas e que economizem tempo em relação aos AUPs.² Investimentos públicos em sistemas de provisão alimentar coletiva, incluindo programas de alimentação escolar, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos, podem ajudar a aliviar pressões de tempo e de recursos.^{29, 278} Orçamentos sensíveis a questões de gênero e proteções sociais, como transferências de renda e licenças remuneradas de maternidade e paternidade, podem contribuir para financiar e redistribuir os encargos do trabalho de cuidado das mulheres.^{205, 223} Campanhas que apresentam a amamentação como uma atividade gratuita ou sem custos ignoram o tempo, o trabalho e a habilidade envolvidos; portanto, as políticas devem focar na proteção, promoção e apoio às mulheres e famílias que amamentam, reconhecendo seu papel central como produtoras de alimentos sustentáveis.^{205, 224} Alguns AUPs (por exemplo, fórmulas infantis) são necessários quando a amamentação ou o leite humano não está disponível, e é preciso cuidado para evitar estigmatização. As respostas devem se concentrar em conter práticas de marketing exploratórias e forças estruturais que promovem a substituição da amamentação e o consumo excessivo de fórmulas lácteas, incluindo leites “de transição” nutricionalmente desnecessários para crianças pequenas.^{58, 225}

Mobilização para uma ação coletiva

Enfrentar os AUPs exige cooperação internacional. Ações isoladas, no nível de cada país, são insuficientes para superar o poder político, econômico e jurídico globalmente organizado da indústria.^{20, 206} Um segundo conjunto de estratégias envolve definir e posicionar os AUPs como uma questão prioritária de saúde global, organizar uma resposta coordenada mundialmente e mobilizar coalizões nacionais para gerar compromisso político, impulsionar mudanças regulatórias e desnormalizar os AUPs. Este é um momento oportuno para isso, dado o rápido crescimento da atenção pública sobre AUPs no mundo — o número de matérias na mídia que utilizam o termo AUP cresceu de quatro em 2010 para mais de 6850 em 2024 — mais que o triplo do número de matérias que usam outros descritores comuns para alimentos não saudáveis combinados (figura 3).

Definir os alimentos ultraprocessados como prioridade de saúde global

A forma como um problema é definido e abordado influencia a prioridade que recebe em termos de atenção, recursos e força das intervenções.^{226, 227} Diferentemente do controle global do tabaco, que se concentra explicitamente nos produtos e nas práticas da indústria, as respostas existentes para dietas não saudáveis estão majoritariamente inseridas em estruturas de prevenção da obesidade e de doenças crônicas não transmissíveis, priorizando reduções de nutrientes prejudiciais (como açúcar, sal e gorduras saturadas e trans). A indústria de AUP explorou Definir os alimentos ultraprocessados como prioridade de saúde global

A forma como um problema é definido e abordado influencia a prioridade que recebe em termos de atenção, recursos e força das intervenções.^{226, 227} Diferentemente do controle global do tabaco, que se concentra explicitamente nos produtos e nas práticas da indústria, as respostas existentes para dietas não saudáveis estão majoritariamente inseridas em estruturas de prevenção da obesidade e de doenças crônicas não transmissíveis, priorizando reduções de nutrientes prejudiciais (como açúcar, sal e gorduras saturadas e trans). A indústria de AUP explorou esse foco na obesidade para transferir a culpa de seus produtos e práticas, enfatizando responsabilidade individual, causalidade multifatorial e escolhas de estilo de vida, como a inatividade física (Tabela 1).^{163, 228} Essa abordagem estigmatiza pessoas que vivem com obesidade, reforça um foco social excessivo na imagem corporal e promove intervenções individualizadas de perda de peso que pouco adiantam para enfrentar determinantes estruturais e comerciais.^{228, 229} Os AUPs causam danos não detectados por abordagens centradas em nutrientes ou obesidade, tais como substituição de alimentos nutritivos na dieta, aumento da ingestão energética, exposição a xenobióticos e aditivos (ou combinações de aditivos) potencialmente

prejudiciais (ver o primeiro artigo desta Série),^{1,230} além de impactos indiretos sobre saúde por vias sociais, econômicas e ambientais (Painel 3).^{17,184}

Portanto, os AUPs devem ser priorizados como uma questão de saúde global específica, a fim de direcionar respostas internacionais para a obtenção de reduções absolutas na participação dos ultraprocessados nas dietas. Essa questão de saúde global pode ser definida como a pandemia de doenças relacionadas à alimentação, resultante da substituição, impulsionada por corporações, de padrões alimentares tradicionais, baseados em alimentos variados e minimamente processados com refeições preparadas com tais alimentos, pelo padrão alimentar de ultraprocessados ou, em resumo, pela substituição de comida de verdade por produtos ultraprocessados.¹ Os objetivos globais de saúde são evitar esse processo de substituição alimentar em países onde ele está apenas começando, conter o avanço do padrão alimentar baseado em ultraprocessados em todo o mundo e acelerar a redução do consumo de AUP em contextos onde esse padrão já predomina (ver Figura 1). Esses objetivos estão alinhados a um modelo de decrescimento na transição dos sistemas alimentares, baseado em políticas que reduzam ativamente formas desnecessárias (ou menos necessárias) de produção e consumo.^{177 233 234} Assim como no controle do tabaco, a resposta em saúde global deve confrontar diretamente o poder econômico e político da indústria de ultraprocessados e regular práticas comerciais que sustentam dietas baseadas em AUP.^{7 8 28} No entanto, diferentemente do controle do tabaco — onde o objetivo é simplesmente reduzir o consumo — o consumo de ultraprocessados cresce substituindo a comida de verdade, e, por isso, a resposta deve articular-se com esforços mais amplos de promoção de dietas saudáveis e sustentáveis.^{2 32}

Construir uma rede global de ação sobre alimentos ultraprocessados

Lições de ações globais bem-sucedidas no controle do tabaco, alimentação infantil e saúde materna (entre outras)^{32,233} mostram que mobilizar uma rede transnacional de advocacy é essencial para avançar a resposta global aos AUPs. Por exemplo, a International Baby Food Action Network oferece lições importantes sobre responsabilizar corporações poderosas e trabalhar com governos e agências da ONU para aplicar medidas regulatórias mais fortes.^{175,233} Uma rede global de ação contra AUPs poderia basear-se em respostas já existentes — especialmente na América Latina e na África — e reunir organizações e movimentos da sociedade civil, especialistas, agências da ONU, líderes governamentais e financiadores, para compartilhar recursos, defender mudanças regulatórias e enfrentar o poder corporativo.^{27,234} Coletivamente, os membros dessa rede podem gerar compromisso político para ação em nível global e, combinados com organização ascendente (bottom-up) de coalizões regionais e nacionais, alinhar membros a princípios comuns, posições políticas baseadas em evidências e manifestos de ação. A rede pode incluir plataforma

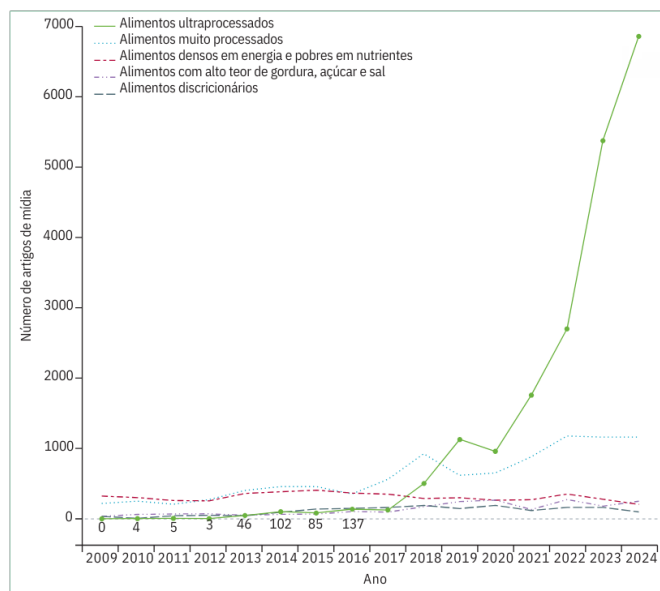


Figura 3: Número de artigos da mídia que utilizam o termo “alimentos ultraprocessados (AUP)” no mundo, em comparação com outros descritores de alimentos não saudáveis comumente usados em guias alimentares, 2009–2024

Os dados foram extraídos da base de dados Factiva (ProQuest) em 15 de outubro de 2024, abrangendo todas as fontes de mídia disponíveis, incluindo jornais nacionais, internacionais e regionais (por exemplo, The Times, The Washington Post, The New York Times, The Wall Street Journal, The Guardian, El País e The Financial Times); revistas e publicações especializadas (por exemplo, The Economist, Newsweek e Forbes); agências de notícias (por exemplo, Reuters, AFP e Dow Jones); podcasts de televisão ou rádio (por exemplo, ABC, CBS, NBC, Fox, BBC e CNN); além dos principais sites de notícias, informação econômica, fóruns e blogs.

Os termos de busca foram obtidos a partir de estudos que identificam descritores comuns de alimentos não saudáveis utilizados em guias alimentares nacionais.^{14 15} Todas as variações dos termos foram consideradas (por exemplo, “alto teor de gordura, açúcar e sal” e “alto teor de açúcar, gordura e sal”). Em 2024 (até 15 de outubro), o termo AUP foi mencionado 6.856 vezes, em comparação com 1.709 menções somadas de todos os outros descritores.

AUP = alimentos ultraprocessados.

de intercâmbio de conhecimento; eventos para reunir membros; recursos de advocacy; apoio jurídico e de pesquisa; programas de capacitação adaptados às necessidades de cada país.

As agências de alimentação e nutrição da ONU podem assumir papéis centrais na resposta global.^{16,40} Estados membros e financiadores podem apoiar essas agências a desenvolver orientações técnicas relevantes; integrar métricas baseadas em AUP na vigilância alimentar e nutricional; estabelecer metas e indicadores globais e nacionais baseados na redução da participação de AUPs nas dietas.¹⁶ Essas ações podem criar momentum para um marco de política internacional que fortaleça a atuação regulatória dos governos nacionais.

Esse marco pode assumir a forma de uma convenção, regulamento ou acordo da OMS,^{9,58} embora se preveja forte resistência da indústria em sua negociação e implementação.²⁷ Os organismos de direitos humanos da ONU — incluindo o Comitê dos Direitos da Criança, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e Relatores Especiais — podem interpretar dispositivos dos tratados em relação a danos associados aos AUPs e reportar políticas estatais e práticas corporativas que violem direitos.^{88,202} Aqueles envolvidos no movimento global para sistemas alimentares sustentáveis podem dar maior prioridade aos danos sociais, econômicos e ambientais gerados pela indústria de AUPs, incluindo as contribuições de suas principais corporações para as crises de biodiversidade, plásticos e clima.^{235,236}

Mobilizar coalizões de incidência em nível nacional

Coalizões impulsionaram mudanças bem-sucedidas em políticas relacionadas aos AUPs em vários países, proporcionando lições para ampliar ações em outros contextos (ver Tabela 4). As coalizões reuniram membros diversos, incluindo organizações da sociedade civil, agências da ONU, líderes comunitários, juristas, estrategistas políticos, profissionais de saúde, acadêmicos defensores, líderes políticos, jornalistas e filantropias. Três conjuntos de atividades estratégicas complementares possibilitaram seu sucesso. O primeiro, a advocacia política, envolve mapeamento de atores, análise jurídica, lobby de interesse público junto a legisladores e o envolvimento de campeões políticos de alto nível. O segundo, comunicação, inclui organização comunitária, campanhas e engajamento midiático para contrapor mensagens da indústria, gerar apoio público e moldar o debate sobre políticas. Por fim, a pesquisa pode gerar evidências para fortalecer a advocacia, apoiar litígios estratégicos, orientar na elaboração de políticas e destacar o sucesso das políticas mediante avaliações robustas. Defensores jovens e redes ativistas são forças ascendentes no movimento contra os AUPs e trazem liderança, experiência vivida e autoridade moral para amplificar campanhas por políticas alimentares saudáveis.

As coalizões de advocacy têm sido mais influentes durante janelas de oportunidade política, como propostas de tributação em períodos pré-eleitorais e reformas de política fiscal. A mobilização de campeões políticos e de frentes legislativas ajudou a superar a resistência de setores poderosos do comércio e da indústria dentro do governo e a manter o apoio político ao longo de ciclos eleitorais. As coalizões ampliaram sua influência por meio de alianças com diversos grupos e movimentos, incluindo aqueles focados em saúde, juventude, agricultura, meio ambiente, proteção ao consumidor, amamentação, direitos humanos, responsabilização corporativa e justiça fiscal. Existem oportunidades para um poder coletivo ainda maior por meio de alianças com movimentos de soberania alimentar, agroecologia e povos indígenas, conectando-se a produtores de alimentos, líderes comunitários e organizações que salvaguardam a agrobiodiversidade, o conhecimento tradicional e a gastronomia. Fortalecer a capacidade de movimentos liderados por cidadãos e atuar em jurisdições locais pode ajudar a avançar mudanças políticas diante de forte oposição em nível nacional, como demonstrado pela aprovação bem-sucedida de impostos sobre refrigerantes em várias cidades e condados dos EUA e por leis municipais que proíbem AUPs em escolas brasileiras.

Estudos de caso sobre geração de comprometimento político para políticas relacionadas aos AUPs

México

O governo mexicano adotou um imposto sobre bebidas adoçadas com açúcar e alimentos não essenciais e de alta densidade energética em 2014; uma lei de rotulagem frontal de advertência em 2020; ampliou as regulamentações de marketing em 2022; implementou uma proibição de vendas e promoções em escolas em 2023; e promulgou, em 2024, uma lei geral abrangente que consagra o direito à nutrição adequada e sustentável.^{152, 242} Esses avanços foram alcançados por coalizões que reuniam organizações da sociedade civil, lideranças políticas na Câmara e no Senado, defensores acadêmicos, movimentos alimentares e agências da ONU — em especial a Organização Pan-Americana da Saúde e o UNICEF.^{152, 242, 243} Uma aliança organizacional, a Alianza por la Salud Alimentaria, foi formada para ampliar a influência política, reunindo atores das áreas de saúde pública, proteção ao consumidor, direitos da criança, meio ambiente e movimentos alimentares, orientados por um manifesto que delineava questões-chave, ajudava a alinhar prioridades e assegurava mensagens comuns.^{115, 138} Os resultados positivos derivaram de ações fortemente unificadas, incluindo lobby de interesse público informado por estrategistas políticos profissionais e analistas jurídicos para construir apoio entre legisladores; organização e campanhas lideradas por cidadãos; comunicação com a mídia para gerar apoio público; e produção de evidências científicas para fortalecer a advocacia.^{138, 244} A organização da sociedade civil El Poder del Consumidor e suas organizações parceiras iniciaram campanhas de contrapropaganda, produziram materiais midiáticos criativos, publicaram anúncios de página inteira em jornais para refutar argumentos da indústria e organizaram protestos em frente a edifícios governamentais.²⁴⁴ Foi gerado um conjunto amplo de evidências científicas para avaliar a aceitabilidade das medidas entre diversos grupos, bem como estudos de viabilidade e modelagens de impacto das políticas. Comitês nacionais de especialistas e eventos de alto perfil envolvendo acadêmicos internacionais e representantes de agências da ONU ajudaram a comunicar essas evidências e a discutir estratégias para superar a oposição política e industrial.²⁴⁵ A interferência da indústria esteve presente em todas as etapas, na forma de lobby dirigido ao presidente e a legisladores; bloqueio de anúncios pró-tributação na mídia nacional; contestação de evidências científicas; mobilização de oposição por microcomerciantes; alegações de violações de normas comerciais; e pelo menos 50 ações judiciais destinadas a atrasar ou revogar as regulamentações.^{143, 246, 247} A oposição também veio de atores com vínculos com a indústria de UPFs, incluindo ministros e senadores importantes, acadêmicos e a Federação Mexicana de Diabetes.^{139, 244} Os principais defensores enfrentaram intimidação por meio de mensagens de texto contendo links para spyware, fake news e ameaças.²⁴⁸ Estudos de avaliação mostram que as medidas de política pública tiveram sucesso em reduzir o consumo de bebidas adoçadas tributadas e de produtos alimentícios, bem como a compra de produtos que trazem rótulos de advertência.²⁴⁹

Chile

A Lei de Rotulagem e Marketing do Chile (estabelecida em 2016) é uma política relacionada aos AUPs considerada referência mundial, composta por três elementos reforçadores: rótulos frontais de advertência em formato de octógono preto, restrições ao marketing dirigido a crianças e proibição de venda e promoção em escolas.²⁵⁰ A negociação da lei levou quase uma década.^{251, 252} O projeto inicial foi proposto em 2007 pela Comissão de Saúde do Senado chileno, mas sofreu forte oposição de grupos industriais e seus aliados no governo. Para gerar apoio, o Senado organizou duas cúpulas internacionais com especialistas nacionais e internacionais, pesquisadores e líderes da sociedade civil, em momentos-chave do debate parlamentar. A lei foi finalmente aprovada no Senado em 2012, e as negociações sobre o marco regulatório avançaram nos dois anos seguintes. O Ministério da Saúde mobilizou especialistas para embasar decisões baseadas em evidências e trabalhou com grupos de advocacy para sustentar o apoio político.²⁵² O projeto proposto foi amplamente criticado por grupos industriais nacionais e internacionais, especialmente o modelo de perfil de nutrientes e o formato do rótulo frontal. As leis chilenas de lobby e transparência, que exigem a divulgação de reuniões entre indústria e governo, ajudaram a monitorar a atividade corporativa. A agência reguladora chilena recebeu 92 submissões da indústria e seis de governos estrangeiros se opondo ao projeto, incluindo 39 alegações de violações das normas da Organização Mundial do Comércio.¹⁴⁴ O projeto preliminar foi inicialmente enfraquecido, mas depois intensamente questionado por ativistas acadêmicos, organizações de consumidores e membros do

Senado, por não considerar adequadamente as recomendações de especialistas. Três líderes centrais — um senador, uma acadêmica e um defensor — trabalharam estreitamente para apresentar mensagens coerentes e garantir a aprovação da lei. O departamento de nutrição do Ministério da Saúde manteve diálogo e negociações com outros ministérios setoriais e econômicos, alguns dos quais intercederam em favor da indústria, inclusive tentando atrasar a implementação da lei.²⁵³ Os esforços da coalizão foram bem-sucedidos, e a regulamentação final baseou-se nas evidências de especialistas. A norma foi aprovada em 2015, implementada no ano seguinte com o apoio de uma campanha de educação pública, e depois ampliada ao longo de um período de 4 anos, com limites progressivamente mais rigorosos. Avaliações mostram forte apoio público à lei,²⁵⁴ e reduções significativas na exposição ao marketing,²⁵⁵ nas compras de consumidores e no consumo entre crianças.^{257, 258}

Gana

Desde sua independência em 1957, Gana demonstra compromisso político com o enfrentamento da má nutrição, particularmente insegurança alimentar e desnutrição,²⁵⁹ embora tenha mostrado menos empenho em relação a ambientes alimentares não saudáveis e doenças crônicas relacionadas à alimentação.²⁶⁰ Para gerar compromisso diante desses desafios crescentes, formou-se uma coalizão de interesse público composta por pesquisadores, defensores e acadêmicos ativistas, unificados por crenças, valores e o compromisso compartilhado de melhorar a nutrição.²⁶¹ A coalizão produziu evidências para envolver formuladores de políticas e fortalecer a ação de advocacy a fim de construir apoio público e demanda por medidas de políticas relacionadas aos AUPs. A coalizão teve papel fundamental no desenvolvimento das diretrizes alimentares baseadas em alimentos de Gana e na promulgação do Excise Duty Amendment Bill, que estabelece um imposto especial de consumo de 20% sobre o preço de fábrica de bebidas adoçadas com açúcar e outros produtos prejudiciais à saúde. As estratégias foram desenvolvidas com apoio do Global Health Advocacy Incubator e guiadas por um arcabouço estratégico de incidência.²⁶² Entre as estratégias estavam: fortalecimento da coalizão e desenvolvimento de capacidades; síntese de evidências, incluindo análises de viabilidade jurídica, monitoramento da atividade política corporativa, análise de coerência de políticas e modelagem econômica; desenvolvimento de um plano de comunicação para advocacy; reuniões com atores-chave e elaboração de notas de posicionamento; além de comunicados à imprensa, coletivas, postagens em redes sociais e artigos de opinião em jornais. Com base em experiências do Marrocos — que revogou seu imposto sobre bebidas adoçadas em 2018 devido à interferência da indústria — e de países como África do Sul e Nigéria, onde a implementação de impostos foi enfraquecida, a coalizão desenvolveu estratégias para monitorar e enfrentar a interferência da indústria, assegurar que seus membros estivessem livres de conflitos de interesse e preparar refutações embasadas em evidências aos argumentos da indústria.

A coalizão agora apoia o governo de Gana no desenvolvimento de um modelo de perfil de nutrientes e de uma política integrada que inclui rótulo frontal de advertência, restrições de marketing, compras públicas de alimentos e ampliação da tributação.²⁶¹

Fortalecendo coalizões de incidência para gerar mudanças

Um terceiro conjunto de estratégias envolve mobilizar recursos e desenvolver capacidades essenciais para enfrentar o poder da indústria de AUPs, mobilizar coalizões de advocacy e gerar comprometimento político para mudanças de políticas, garantindo ao mesmo tempo que os esforços sejam adaptados às prioridades e necessidades específicas de cada país.^{31, 112}

Recursos e financiamento

Em diversos países, o financiamento de doadores tem sido crucial para apoiar equipes dedicadas e lideranças de coalizões, unificar membros e custear serviços essenciais de advocacy (por exemplo, lobby político, campanhas de mídia e pesquisa).^{31, 112} No entanto, com algumas exceções importantes, poucos doadores atualmente financiam ações de advocacy em alimentação saudável. O financiamento filantrópico frequentemente prioriza projetos técnicos de curto prazo, em detrimento da capacitação sustentada e da advocacy necessárias para gerar e defender mudanças políticas de longo prazo ao longo de sucessivos governos. Mobilizar financiamento contínuo de doadores para ações relacionadas aos AUPs é, portanto, imperativo. Seguindo o modelo estabelecido pela Fundação de Promoção da Saúde da Tailândia, governos também podem ampliar seus orçamentos para esse fim ao destinar receitas provenientes de impostos sobre tabaco, álcool, bebidas adoçadas com açúcar e AUPs.²⁶³ Os doadores também podem apoiar as agências alimentares e nutricionais da ONU a desenvolver e fortalecer o trabalho técnico, a orientação normativa e o apoio nacional relacionados aos AUPs.

Capacidade jurídicas

Advogados têm um papel crucial em garantir que as medidas de política relacionadas aos AUPs sejam desenhadas para resistir ao escrutínio jurídico; litigar para garantir compensação para pessoas prejudicadas por práticas corporativas; apoiar governos enfrentando litígios corporativos e desafios relacionados a normas comerciais; promover casos jurídicos que assegurem a implementação e a fiscalização de políticas; e gerar atenção pública sobre irregularidades corporativas.^{27, 109, 264} Lições podem ser extraídas de litígios bem-sucedidos contra a Nestlé, por marketing enganoso de fórmulas para crianças pequenas no Brasil,²⁶⁵ contra a Bayer–Monsanto, por câncer associado ao glifosato,²⁶⁶ e de ações civis contra fabricantes de AUPs nos EUA.²⁶⁷ O fortalecimento das capacidades jurídicas inclui treinar advogados e ampliar a expertise jurídica dentro das agências da ONU, órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e academia; oferecer capacitação jurídica para aperfeiçoar defensores e formuladores de políticas em temas jurídicos, elaboração de políticas e governança; e financiar redes de pesquisa jurídica para promover intercâmbio de conhecimento.²⁶⁸

Capacidade de pesquisa

As evidências ajudam a justificar ações políticas, desenhar políticas eficazes, enfrentar a oposição da indústria e monitorar o progresso.^{112, 252, 269} Estudos robustos de avaliação têm sido especialmente importantes para demonstrar a efetividade de políticas relacionadas aos AUPs e sustentar apoio político de longo prazo. Estudos de países líderes podem inspirar outros a seguirem o mesmo caminho (como visto na América Latina).^{270, 271} Estudos que monitoram e expõem práticas comerciais prejudiciais da indústria ajudaram a gerar atenção pública e apoio à intervenção. Agências da ONU, governos, doadores e pesquisadores podem fortalecer capacidades de pesquisa por meio de colaborações científicas, criação de comitês de especialistas para gerar evidências internacionais e adaptação dessas evidências aos contextos locais sempre que possível. O sistema de classificação Nova e o conceito de AUPs podem abrir novas vias de pesquisa epidemiológica, de políticas e de sistemas alimentares, devendo ser vistos como complementares—e não concorrentes—ao paradigma centrado em nutrientes que atualmente domina a ciência da nutrição.^{184, 201}

Capacidade de comunicação

A comunicação estratégica é crucial para aumentar a conscientização, contrapor mensagens da indústria, gerar apoio público a mudanças políticas e impedir ou reverter a normalização dos AUPs.^{31, 112} Estudos destacam a importância de coalizões que falam com uma voz unificada, contam com porta-vozes treinados, utilizam mapeamento estruturado de atores para identificar e engajar vozes influentes e oferecem treinamento e recursos a jornalistas.^{31, 112, 272} Coalizões de advocacy têm utilizado campanhas midiáticas de larga escala para gerar conscientização pública e pressão por mudanças políticas; briefings de política e ciência para engajar legisladores; e técnicas de contra-marketing que reconfiguram marcas e iniciativas corporativas para revelar danos ocultos.²⁷³ Mensagens embasadas em evidências enfatizaram o crescimento do problema dos AUPs e seus impactos; a importância de proteger os direitos humanos e o interesse superior da criança; a necessidade de expor práticas enganosas da indústria; e os benefícios à saúde, econômicos e ambientais de intervenções políticas.^{31, 112}

Capacidade de liderança

A construção de coalizões e a advocacy eficaz exigem liderança qualificada. Para indivíduos, isso significa habilidades interpessoais e diplomáticas para inspirar ação e unificar membros, engajar apoiadores e aliados governamentais, comunicar de forma estratégica e aproveitar janelas de oportunidade política.^{20, 31, 239} Para organizações e coalizões, liderança significa criar oportunidades para diálogo entre membros, definir uma visão compartilhada, metas políticas e mensagens acordadas. Em ambos os casos, garantir que coalizões excluam membros com conflitos de interesse é essencial, já que o conflito interno é um desafio comum que pode impedir sua formação e sucesso, especialmente

quando há posições divergentes sobre financiamento e envolvimento com a indústria.^{31, 112} A capacidade de liderança pode ser fomentada ativamente por meio do financiamento de posições de liderança em tempo integral, do estabelecimento de programas de formação e mentoria e da integração de advocacy, ciência política e comunicação estratégica em currículos educacionais para qualificar a próxima geração de profissionais.^{20, 206}

Um chamado à ação global unificada sobre alimentos ultraprocessados

Neste artigo da Série, mostramos como o aumento global dos AUPs nas dietas humanas é estrutural e comercialmente impulsionado, refletindo o crescente poder econômico e político da indústria de AUPs nos sistemas alimentares. A alta lucratividade dos AUPs—obtida por meio de insumos básicos baratos, tecnologias de processamento e marketing poderoso—impulsiona o crescimento da indústria, reconfigurando sistemas alimentares de formas que deslocam outros tipos de alimentos e promovem padrões alimentares associados a doenças crônicas. A atividade política da indústria é a principal barreira às respostas governamentais eficazes; essa atividade é coordenada por uma rede global de lobistas e grupos de fachada para neutralizar opositores, bloquear regulamentações e moldar a governança alimentar em favor de interesses corporativos.

A proliferação contínua de AUPs não é inevitável. Uma transição justa e eficaz para longe das dietas ultraprocessadas é possível, mas exige ação global ousada, coordenada e sustentada. As recomendações apresentadas neste artigo da Série são um ponto de partida para orientar ações, mas exigem consulta adicional e construção de consenso para garantir apropriação coletiva. Assim como no controle do tabaco, uma resposta global unificada aos AUPs deve confrontar diretamente o poder corporativo—incluindo esforços para regulamentar sistematicamente as práticas comerciais da indústria—e desestabilizar o modelo de negócios ultraprocessado. Atores da saúde pública e aliados de diversos setores podem unir-se para reivindicar que os AUPs sejam tratados como uma questão urgente e distinta de saúde global. Os objetivos são prevenir o avanço do padrão alimentar de ultraprocessados, impedir seu crescimento adicional e reduzi-lo onde ele já predomina.

O momento atual é propício para iniciar uma resposta global coordenada aos AUPs. A conscientização pública sobre os danos associados aos AUPs cresce rapidamente, e há um impulso político emergente. Uma rede global de ação sobre AUPs pode apoiar uma resposta de saúde pública coordenada e unificada. Atores ao redor do mundo já estão formando novas alianças e fortalecendo capacidades de advocacy e pesquisa para enfrentar os determinantes comerciais e estruturais das dietas ultraprocessadas. Casos de sucesso na América Latina e na África Subsaariana

mostram que é possível regulamentar de maneira eficaz a produção, o marketing e o consumo de AUPs por meio de políticas multicomponentes, mesmo diante de forte resistência da indústria. Essas experiências oferecem lições cruciais para ampliar ações globalmente.

Acima de tudo, essa oportunidade de recuperar sistemas alimentares para a saúde, equidade e sustentabilidade deve ser aproveitada. Confrontar o poder da indústria de AUPs é essencial, mas também é necessário construir economias alimentares baseadas em direitos humanos, soberania alimentar, agroecologia e justiça. Ao apoiar comunidades, agricultores e famílias na produção e acesso a alimentos diversos, culturalmente apropriados e minimamente processados, e ao incorporar políticas alimentares em estruturas de governança inclusivas e participativas, podemos fazer a transição para nos distanciarmos de sistemas alimentares extrativos e orientados ao lucro, rumo a sistemas que nutrem as pessoas e o planeta.

Colaboradores

Todos os autores contribuíram para a elaboração, coleta de dados, redação e revisão da versão final do manuscrito. PB, SS e MW coordenaram o programa geral de trabalho. KH, AL, PK, MM, SN, MM, SS e PB coordenaram o workshop da região da África. MW, SB, SS e PB coordenaram os workshops da América Latina e Caribe. AG, SP, SS e PB coordenaram o workshop da região Ásia-Pacífico. PB e SS realizaram todas as entrevistas. BW liderou a análise citada sobre a lucratividade das corporações de AUPs. SS liderou as análises citadas das redes de influência corporativa da indústria de AUPs, das iniciativas multissetoriais e das estratégias de enquadramento. PS liderou a análise da rede de influência científica da indústria de AUPs. PB foi responsável pela captação de recursos, administração dos estudos encomendados, redação inicial do manuscrito e co-liderança da Série Lancet sobre Alimentos Ultraprocessados e Saúde Humana.

Declaração de interesses

PB e CAM declaram financiamento da Bloomberg Philanthropies para apoiar pesquisa, viagens e participação em conferências relacionadas ao programa de pesquisa que informa este manuscrito. PB relata financiamento de uma Australian Research Council Future Fellowship (projeto nº FT220100690), concedida pelo Governo Australiano, e de uma Sydney Horizon Fellowship da Universidade de Sydney. AL declara financiamento para apoiar pesquisa, viagens e participação em conferências que informam políticas relacionadas a ambientes alimentares não saudáveis, incluindo alimentos ultraprocessados, provenientes do Canadian International Development Research Center, Rockefeller Foundation e Bloomberg Philanthropies. KH declara financiamento do South African Medical Research Council (subvenção nº 23108). ML e PB receberam apoio do projeto Australian Research Council Discovery, intitulado “Reformando a síntese e a tradução de evidências para políticas de alimentação e nutrição” (DP190101323). ML declara ser membro do conselho da Food Standards Australia New Zealand (FSANZ), e que as opiniões expressas neste artigo não representam necessariamente aquelas da FSANZ ou do Conselho da FSANZ. MM declara financiamento do Health Research Board, Irlanda (subvenção ARPP-2020-002). CVT declara receber royalties de um livro de sua autoria sobre alimentos ultraprocessados. Todos os demais autores declaram não possuir conflitos de interesse. Os financiadores declarados não tiveram papel na elaboração do estudo, coleta e análise de dados, decisão de publicação ou preparação do artigo.

Agradecimentos

O financiamento para apoiar este trabalho, e a Série Lancet sobre Alimentos Ultraprocessados e Saúde Humana, foi recebido da Bloomberg Philanthropies. Os autores são os únicos responsáveis pelas opiniões expressas neste artigo da Série, que não representam necessariamente as posições do financiador nem das instituições às quais os autores estão afiliados. Agradecemos a Victor Aguayo, Kim

Anastasiou, Isabel Barbosa, Mauro Bero, Oscar Cabera, Alejandro Calvillo, Jennifer Clapp, Stuart Gillespie, Paula Johns, David Raubenheimer, Patti Rundall, Danielle Resnick e Harriet Torlesse por revisarem uma versão preliminar deste manuscrito e fornecerem sugestões de melhoria. Agradecemos também a Thiago Melo Santos por suas contribuições para a análise dos dados apresentados na Figura 1.

Referências

- 1 Monteiro CA, Louzada ML, Steele-Martinez E, et al. Ultra-processed foods and human health: the main thesis and the evidence. *Lancet* 2025; published online Nov 18. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(25\)01565-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(25)01565-X).
- 2 Scrinis G, Popkin B, Corvalan C, et al. Policies to halt and reverse the rise in ultra-processed food production, marketing, and consumption. *Lancet* 2025; published online Nov 18. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(25\)01566-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(25)01566-1).
- 3 Gilmore AB, Fabbri A, Baum F, et al. Defining and conceptualising the commercial determinants of health. *Lancet* 2023; **401**: 1194–213.
- 4 IPES Food. The new science of sustainable food systems: overcoming barriers to food systems reform. https://www.ipes-food.org/_img/upload/files/NewScienceofSusFood.pdf (accessed June 14, 2023).
- 5 Wood B, Williams O, Baker P, Sacks G. Behind the “creative destruction” of human diets: an analysis of the structure and market dynamics of the ultra-processed food manufacturing industry and implications for public health. *J Agrar Change* 2023; **23**: 811–43.
- 6 Wood B, Williams O, Nagarajan V, Sacks G. Market strategies used by processed food manufacturers to increase and consolidate their power: a systematic review and document analysis. *Global Health* 2021; **17**: 17.
- 7 Northcott T, Lawrence M, Parker C, Baker P. Ecological regulation for healthy and sustainable food systems: responding to the global rise of ultra-processed foods. *Agric Human Values* 2023; **40**: 1333–58.
- 8 Northcott T, Lawrence M, Parker C, Reeve B, Baker P. Regulatory responses to ultra-processed foods are skewed towards behaviour change and not food system transformation. *Nat Food* 2025; **6**: 273–82.
- 9 Swinburn BA, Kraak VI, Allender S, et al. The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change: the Lancet Commission report. *Lancet* 2019; **393**: 791–846.
- 10 Popkin BM, Barquera S, Corvalan C, et al. Towards unified and impactful policies to reduce ultra-processed food consumption and promote healthier eating. *Lancet Diabetes Endocrinol* 2021; **9**: 462–70.
- 11 Popkin BM, Ng SW. The nutrition transition to a stage of high obesity and noncommunicable disease prevalence dominated by ultra-processed foods is not inevitable. *Obes Rev* 2022; **23**: e13366.
- 12 Walls H, Nisbett N, Laar A, Drimie S, Zaidi S, Harris J. Addressing malnutrition: the importance of political economy analysis of power. *Int J Health Policy Manag* 2021; **10**: 809–16.
- 13 Cox RW. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. *Millennium* 1981; **10**: 126–55.
- 14 Anastasiou K, Ribeiro De Melo P, Slater S, et al. From harmful nutrients to ultra-processed foods: exploring shifts in “foods to limit” terminology used in national food-based dietary guidelines. *Public Health Nutr* 2023; **26**: 2539–50.

- 15 Koios D, Machado P, Lacy-Nichols J. Representations of ultra-processed foods: a global analysis of how dietary guidelines refer to levels of food processing. *Int J Health Policy Manag* 2022; 11: 2588–99.
- 16 WHO, FAO, UNICEF. Guidance for monitoring healthy diets globally. <https://www.who.int/publications/i/item/9789240094383> (accessed July 28, 2024).
- 17 Monteiro CA, Cannon G. The impact of transnational “big food” companies on the South: a view from Brazil. *PLoS Med* 2012; 9: e1001252.
- 18 Monteiro CA, Levy RB, Claro RM, Castro IR, Cannon G. A new classification of foods based on the extent and purpose of their processing. *Cad Saude Publica* 2010; 26: 2039–49.
- 19 Nisbett N, Gillespie S, Haddad L, Harris J. Why worry about the politics of childhood undernutrition? *World Dev* 2014; 64: 420–33.
- 20 Moodie R, Bennett E, Kwong EJJ, et al. Ultra-processed profits: the political economy of countering the global spread of ultra-processed foods—a synthesis review on the market and political practices of transnational food corporations and strategic public health responses. *Int J Health Policy Manag* 2021; 10: 968–82.
- 21 Clapp J, Scrinis G. Big food, nutritionism, and corporate power. *Globalizations* 2017; 14: 578–95.
- 22 Baker P, Machado P, Santos T, et al. Ultra-processed foods and the nutrition transition: global, regional and national trends, food systems transformations and political economy drivers. *Obes Rev* 2020; 21: e13126.
- 23 Moodie R, Stuckler D, Monteiro C, et al, and the Lancet NCD Action Group. Profits and pandemics: prevention of harmful effects of tobacco, alcohol, and ultra-processed food and drink industries. *Lancet* 2013; 381: 670–79.
- 24 Baker P, Lacy-Nichols J, Williams O, Labonté R. The political economy of healthy and sustainable food systems: an introduction to a special issue. *Int J Health Policy Manag* 2021; 10: 734–44.
- 25 Fuchs D. Exploring the role of business in global governance. business power in global governance. Lynne Rienner Publishers, 2007.
- 26 IPES Food. Who’s tipping the scales? The growing influence of corporations on the governance of food systems, and how to counter it. https://www.ipes-food.org/_img/upload/files/tippingthescales.pdf (accessed Sept 17, 2023).
- 27 Mialon M, Vandevijvere S, Carriedo-Lutzenkirchen A, et al. Mechanisms for addressing and managing the influence of corporations on public health policy, research and practice: a scoping review. *BMJ Open* 2020; 10: e034082.
- 28 Wood B, Lacy-Nichols J, Sacks G. Taking on the corporate determinants of ill-health and health inequity: a scoping review of actions to address excessive corporate power to protect and promote the public’s health. *Int J Health Policy Manag* 2023; 12: 7304.
- 29 Friel S, Collin J, Daube M, et al. Commercial determinants of health: future directions. *Lancet* 2023; 401: 1229–40.
- 30 Clapp J. The problem with growing corporate concentration and power in the global food system. *Nat Food* 2021; 2: 404–08.
- 31 IPES Food. Food from somewhere: building food security and resilience through territorial markets. <https://ipes-food.org/report/food-from-somewhere/> (accessed July 10, 2024).
- 32 IPES Food. A long food movement: transforming food systems by 2045. https://www.ipes-food.org/_img/upload/files/LongFoodMovementEN.pdf (accessed April 22, 2025).
- 33 Baker P, Hawkes C, Wingrove K, et al. What drives political commitment for nutrition? A review and framework synthesis to inform the United Nations Decade of Action on Nutrition. *BMJ Glob Health* 2018; 3: e000485.
- 34 Shiffman J, Schmitz HP, Berlan D, et al. The emergence and effectiveness of global health networks: findings and future research. *Health Policy Plan* 2016; 31 (suppl 1): i110–23.
- 35 Gordon J, Nisbett N, Butterworth E, et al. Development and piloting of a tool for conducting political economy analysis of agrifood systems and food security and nutrition policies and programmes, technical report. <https://doi.org/10.19088/IDS.2024.040> (accessed Feb 6, 2025).
- 36 PAHO. Preventing and managing conflicts of interest in country-level nutrition programs: a roadmap for implementing the World Health Organization’s draft approach in the Americas. <https://iris.paho.org/handle/10665.2/55055> (accessed Aug 20, 2023).
- 37 WHO. Addressing and managing conflicts of interest in the planning and delivery of nutrition programmes at country level: report of a technical consultation convened in Geneva, Switzerland, on 8–9 October 2015. <https://www.who.int/publications/i/item/9789241516105> (accessed Aug 20, 2023).
- 38 WHO, FAO. What are healthy diets? Joint statement by the Food and Agriculture Organization of the United Nations and the World Health Organization. <https://www.who.int/publications/i/item/9789240101876> (accessed Aug 22, 2024).
- 39 Van Tulleken C. Ultra-processed people: the science behind food that isn’t food. W. W. Norton & Company, 2023.
- 40 Monteiro CA, Moubarac JC, Cannon G, Ng SW, Popkin B. Ultra-processed products are becoming dominant in the global food system. *Obes Rev* 2013; 14 (suppl 2): 21–28.
- 41 Reardon T, Tschirley D, Liverpool-Tasie LSO, et al. The processed food revolution in African food systems and the double burden of malnutrition. *Glob Food Secur* 2021; 28: 100466.
- 42 Stevano S. Ultra-processed food, depletion, and social reproduction: a conceptual intervention. *Antipode* 2024; 57: 515–35.
- 43 McMichael P. The power of food. *Agric Human Values* 2000; 17: 21–33.
- 44 Oteo G. The neoliberal diet: healthy profits unhealthy people. University of Texas Press, 2018.
- 45 Mintz SW. Sweetness and power: the place of sugar in modern history. Penguin, 1986.
- 46 Buttery N. A dark history of sugar. Pen & Sword History, 2022.
- 47 Smith AF. Encyclopedia of junk food and fast food. Greenwood, 2012.
- 48 Koese Y. Nestlé in the Ottoman Empire: global marketing with local flavor 1870–1927. *Enterprise Soc* 2008; 9: 724–61.
- 49 Zimmet P. Globalization, coca-colonization and the chronic disease epidemic: can the Doomsday scenario be averted? *J Intern Med* 2001; 249: 17–26.
- 50 Wagnleitner R. Coca-colonization and the Cold War: the cultural mission of the United States in Austria after the Second World War. University of North Carolina Press, 2000.
- 51 Drewnowski A, Popkin BM. The nutrition transition: new trends in the global diet. *Nutr Rev* 1997; 55: 31–43.
- 52 Lang T, Heasman M. Food wars: the global battle for mouths, minds and markets. Routledge, 2015.
- 53 Rollins N, Piwoz E, Baker P, et al, and the 2023 Lancet Breastfeeding Series Group. Marketing of commercial milk formula: a system to capture parents, communities, science, and policy. *Lancet* 2023; 401: 486–502.
- 54 Bentley A. Inventing baby food: taste, health, and the industrialization of the American diet. University of California Press, 2014.
- 55 Hawkes C. The role of foreign direct investment in the nutrition transition. *Public Health Nutr* 2005; 8: 357–65.
- 56 Popkin BM, Reardon T. Obesity and the food system transformation in Latin America. *Obes Rev* 2018; 19: 1028–64.
- 57 Wood B, Robinson E, Baker P, et al. What is the purpose of ultra-processed food? An exploratory analysis of the financialisation of ultra-processed food corporations and implications for public health. *Global Health* 2023; 19: 85.
- 58 Clapp J, Isakson SR. Risky returns: the implications of financialization in the food system. *Dev Change* 2018; 49: 437–60.
- 59 Nestle M. Regulating the food industry: an aspirational agenda. *Am J Public Health* 2022; 112: 853–58.
- 60 Moss M. Sugar, salt, fat: how the food giants hooked us. Signal, 2013.
- 61 Nestle M. Food politics: how the food industry influences nutrition and health. University of California Press, 2007.
- 62 TV Choice UK. Cola conquest II: how Coca Cola took over the world. https://www.youtube.com/watch?v=tpF_-BbaV1g (accessed April 4, 2023).
- 63 Reardon T, Timmer CP. The economics of the food system revolution. *Annu Rev Resour Econ* 2012; 4: 225–64.
- 64 Hawkes C. Uneven dietary development: linking the policies and processes of globalization with the nutrition transition, obesity and diet-related chronic diseases. *Global Health* 2006; 2: 4.

- 65 Baker P, Kay A, Walls H. Trade and investment liberalization and Asia's noncommunicable disease epidemic: a synthesis of data and existing literature. *Global Health* 2014; **10**: 66.
- 66 Garton K, Thow AM, Swinburn B. International trade and investment agreements as barriers to food environment regulation for public health nutrition: a realist review. *Int J Health Policy Manag* 2021; **10**: 745–65.
- 67 IPES Food. Too big to feed: exploring the impacts of mega-mergers, consolidation and concentration of power in the agri-food sector. https://www.ipes-food.org/_img/upload/files/Concentration_FullReport.pdf (accessed June 14, 2023).
- 68 Zuckerman JC. Planet palm: how palm oil ended up in everything—and endangered the world. The New Press, 2021.
- 69 Kneen B. Invisible giant: Cargill and its transnational strategies. Pluto Press, 2002.
- 70 Salerno T. Cargill's corporate growth in times of crises: how agro-commodity traders are increasing profits in the midst of volatility. *Agric Human Values* 2017; **34**: 211–22.
- 71 Fazzino TL, Jun D, Chollet-Hinton L, Bjorlie K. US tobacco companies selectively disseminated hyper-palatable foods into the US food system: empirical evidence and current implications. *Addiction* 2024; **119**: 62–71.
- 72 Cassidy O, Shin HW, Song E, et al. Comparing McDonald's food marketing practices on official Instagram accounts across 15 countries. *BMJ Nutr Prev Health* 2021; **4**: 510–18.
- 73 Bankole E, Harris N, Rutherford S, Wiseman N. A systematic review of the adolescent-directed marketing strategies of transnational fast-food companies in low- and middle-income countries. *Obes Sci Pract* 2023; **9**: 670–80.
- 74 Reardon T, Hopkins R. The supermarket revolution in developing countries: policies to address emerging tensions among supermarkets, suppliers and traditional retailers. *Eur J Dev Res* 2006; **18**: 522–45.
- 75 Miranda JJ, Barrientos-Gutiérrez T, Corvalan C, et al. Understanding the rise of cardiometabolic diseases in low- and middle-income countries. *Nat Med* 2019; **25**: 1667–79.
- 76 Euromonitor International. Passport. <https://www.portal.euromonitor.com/> (accessed April 4, 2024).
- 77 FAO. Ultra-processed foods, diet quality, and health using the NOVA classification system. <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/5277b379-0acb-4d97-a6a3-602774104629/content> (accessed April 12, 2023).
- 78 White M. Challenges for regulatory responses to ultra-processed foods. *Nat Food* 2025; **6**: 230–31.
- 79 Wood B, Garton K, Milsom P, et al. Using a systems thinking approach to map the global rise of ultra-processed foods in population diets. *Obes Rev* 2025; **26**: e13877.
- 80 Nestlé SA. Annual review 2023. <https://www.nestle.com/sites/default/files/2024-02/2023-annual-review-en.pdf> (accessed July 17, 2024).
- 81 Baker P, Russ K, Kang M, et al. Globalization, first-foods systems transformations and corporate power: a synthesis of literature and data on the market and political practices of the transnational baby food industry. *Global Health* 2021; **17**: 58.
- 82 The Coca-Cola Company. Form 10-K, annual report pursuant to section 13 or 15(d) of the Securities Exchange Act of 1934 for the fiscal year ended December 31, 2022. <https://investors.coca-colacompany.com/filings-reports/all-sec-filings/content/0000021344-23-000011/0000021344-23-000011.pdf> (accessed April 20, 2023).
- 83 Clapp J, Fuchs DA. Corporate power in global agrifood governance. MIT Press, 2009.
- 84 Zokaityte A. EU food law and ultra-processed food markets: safety from what and for whom? *J Consum Policy (Dordr)* 2025; **48**: 51–74.
- 85 Mondelez International Inc. Form 10-K, annual report pursuant to section 13 or 15(d) of the Securities Exchange Act of 1934 for the fiscal year ended December 31, 2024. <https://ir.mondelezinternational.com/static-files/bb83f667-887e-4ed8-bb7f-a15b6b27a604> (accessed April 30, 2025).
- 86 PepsiCo. Form 10-K, annual report pursuant to section 13 or 15(d) of the Securities Exchange Act of 1934 for the fiscal year ended December 28, 2024. <https://investors.pepsico.com/docs/default-source/investors/q4-2024/q4-2024-form-10k-kgcva0jf89d2927o.pdf> (accessed April 30, 2025).
- 87 The Coca-Cola Company. Form 10-K, annual report pursuant to section 13 or 15(d) of the Securities Exchange Act of 1934 for the fiscal year ended December 31, 2024. <https://investors.coca-colacompany.com/filings-reports/all-sec-filings/content/0000021344-25-000011/0000021344-25-000011.pdf> (accessed April 30, 2025).
- 88 Scrinis G. On the ideology of nutritionism. *Gastronomica* 2008; **8**: 39–48.
- 89 Garde A, Byrne A, Gokani N, Murphy B. A child rights-based approach to food marketing: a guide for policy-makers. <https://repository.essex.ac.uk/23682/1/Gokani.%20UNICEF%20A%20Child%20Rights-Based%20Approach%20to%20Food%20Marketing%20A%20Guide%20for%20Policy%20Makers.pdf> (accessed Oct 10, 2023).
- 90 Wood B, Baker P, Sacks G. Conceptualising the commercial determinants of health using a power lens: a review and synthesis of existing frameworks. *Int J Health Policy Manag* 2022; **11**: 1251–61.
- 91 Knai C, Petticrew M, Mays N, et al. Systems thinking as a framework for analyzing commercial determinants of health. *Milbank Q* 2018; **96**: 472–98.
- 92 Nestlé M. Soda politics: taking on big soda (and winning). Oxford University Press, 2015.
- 93 Ireland R. Sport, sponsorship and public health. Routledge, 2023.
- 94 Moss M. Hooked: how processed food became addictive. Random House, 2021.
- 95 Milsom P, Smith R, Baker P, Walls H. Corporate power and the international trade regime preventing progressive policy action on non-communicable diseases: a realist review. *Health Policy Plan* 2021; **36**: 493–508.
- 96 Russ K, Baker P, Byrd M, et al. What you don't know about the Codex can hurt you: how trade policy trumps global health governance in infant and young child nutrition. *Int J Health Policy Manag* 2021; **10**: 983–97.
- 97 Thow AM, Jones A, Schneider CH, Labonté R. Global governance of front-of-pack nutrition labelling: a qualitative analysis. *Nutrients* 2019; **11**: 1–14.
- 98 Boatwright M, Lawrence M, Carriedo A, et al. Understanding the politics of food regulation and public health: an analysis of Codex standard-setting processes on food labelling. *Int J Health Policy Manag* 2024; **13**: 8310.
- 99 Lawrence MA, Pollard CM, Weeramanthri TS. Positioning food standards programmes to protect public health: current performance, future opportunities and necessary reforms. *Public Health Nutr* 2019; **22**: 912–26.
- 100 Lawrence M, Parker C, Johnson H, et al. An ecological reorientation of the Codex Alimentarius Commission could help transform food systems. *Nat Food* 2024; **5**: 557–62.
- 101 Springmann M, Freund F. Options for reforming agricultural subsidies from health, climate, and economic perspectives. *Nat Commun* 2022; **13**: 82.
- 102 FAO. The state of food security and nutrition in the world 2022: repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cc0639en> (accessed Aug 4, 2023).
- 103 Yates J, Kadiyala S, Deeney M, et al. A toxic relationship: ultra-processed foods & plastics. *Global Health* 2024; **20**: 74.
- 104 Sing F, Backholer K, Shats K. Key barriers to food marketing regulation: global survey results of 24 countries. https://www.unicef.org/media/134731/file/Global_Food_Marketing_Survey_Report.pdf (accessed July 7, 2024).
- 105 Gómez EJ. Junk food politics: how beverage and fast food industries are reshaping emerging economies. JHU Press, 2023.
- 106 World Bank Group. Taxes on sugar-sweetened beverages: international evidence and experiences. <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/d9612c480991c5408edca33d54e2028a-0390062021/original/World-Bank-2020-SSB-Taxes-Evidence-and-Experiences.pdf> (accessed Nov 22, 2023).
- 107 Mialon M, Swinburn B, Sacks G. A proposed approach to systematically identify and monitor the corporate political activity of the food industry with respect to public health using publicly available information. *Obes Rev* 2015; **16**: 519–30.
- 108 Pereira TN, Bortolini GA, Campos RF, Campos RdF. Barriers and facilitators related to the adoption of policies to reduce ultra-processed foods consumption: a scoping review. *Int J Environ Res Public Health* 2023; **20**: 1–27.

- 109 Lauber K, Rippin H, Wickramasinghe K, Gilmore AB. Corporate political activity in the context of sugar-sweetened beverage tax policy in the WHO European Region. *Eur J Public Health* 2022; 32: 786–93.
- 110 Aravena-Rivas Y, Heilmann A, Watt RG, Broomhead T, Tsakos G. Analysis of public records of lobbying practices of the ultra-processed sugary food and drink industries in Chile: a qualitative study. *Lancet Reg Health Am* 2024; 35: 100794.
- 111 Chung H, Cullerton K, Lacy-Nichols J. Mapping the lobbying footprint of harmful industries: 23 years of data from OpenSecrets. *Milbank Q* 2024; 102: 212–32.
- 112 Gómez EJ. The politics of ultra-processed foods and beverages regulatory policy in upper-middle-income countries: industry and civil society in Mexico and Brazil. *Glob Public Health* 2022; 17: 1883–901.
- 113 Suzuki M, Webb D, Small R. Competing frames in global health governance: an analysis of stakeholder influence on the political declaration on non-communicable diseases. *Int J Health Policy Manag* 2022; 11: 1078–89.
- 114 OpenSecrets. Food & beverage lobbying. <https://www.opensecrets.org/industries/lobbying?cycle=2024&ind=N01> (accessed April 30, 2025).
- 115 James E, Lajous M, Reich MR. The politics of taxes for health: an analysis of the passage of the sugar-sweetened beverage tax in Mexico. *Health Syst Reform* 2020; 6: e1669122.
- 116 Gómez EJ. Coca-Cola's political and policy influence in Mexico: understanding the role of institutions, interests and divided society. *Health Policy Plan* 2019; 34: 520–28.
- 117 Mialon M, Gaitan Charry DA, Cediel G, Crosbie E, Scagliusi FB, Perez Tamayo EM. "I had never seen so many lobbyists": food industry political practices during the development of a new nutrition front-of-pack labelling system in Colombia. *Public Health Nutr* 2021; 24: 2737–45.
- 118 Milsom P, Smith R, Modisenyane SM, Walls H. Does international trade and investment liberalization facilitate corporate power in nutrition and alcohol policymaking? Applying an integrated political economy and power analysis approach to a case study of South Africa. *Global Health* 2022; 18: 32.
- 119 Pereira TN, Gomes FdS, Carvalho CMPd, et al. Medidas regulatórias de proteção da alimentação adequada e saudável no Brasil: uma análise de 20 anos. *Cad Saúde Pública* 2022; 37 (suppl 1): e00153120.
- 120 Crosbie E, Otero Alvarez MG, Cao M, et al. Implementing front-of-pack nutrition warning labels in Mexico: important lessons for low- and middle-income countries. *Public Health Nutr* 2023; 26: 2149–61.
- 121 Dorlach T, Mertensköter P. Interpreters of international economic law: corporations and bureaucrats in contest over Chile's nutrition label. *Law Soc Rev* 2020; 54: 571–606.
- 122 Borland S. McDonald's triumphs over councils' rejections of new branches-by claiming it promotes "healthier lifestyles". *BMJ* 2025; 388: r163.
- 123 Slater S, Lawrence M, Wood B, Serodio P, Van Den Akker A, Baker P. The rise of multi-stakeholderism, the power of ultra-processed food corporations, and the implications for global food governance: a network analysis. *Agric Human Values* 2024; 42: 177–92.
- 124 Marks JH. The perils of partnership: industry influence, institutional integrity, and public health. Oxford University Press, 2019.
- 125 Challies E. The limits to voluntary private social standards in global agri-food system governance. *Int J Sociol Agric Food* 2013; 20: 175–95.
- 126 Food Standards Australia New Zealand. Uptake of the Health Star Rating system as at November 2023: a report on progress against the first interim target of the Health Star Rating system. <https://www.healthstarrating.gov.au/sites/default/files/2024-12/Uptake%20of%20the%20Health%20Star%20Rating%20system.pdf> (accessed April 30, 2025).
- 127 Dickie S, Woods JL, Lawrence M. Analysing the use of the Australian Health Star Rating system by level of food processing. *Int J Behav Nutr Phys Act* 2018; 15: 128.
- 128 World Food Programme. Our private sector partners. <https://www.wfp.org/partners/private-sector> (accessed April 30, 2025).
- 129 Yum! Brands. Yum! Brands 2015 corporate social responsibility report—world hunger relief. <https://web.archive.org/web/20190913200447/http://www.yumcsr.com/community/world-hunger-relief.asp> (accessed June 6, 2023).
- 130 Lacy-Nichols J, Williams O. "Part of the solution": food corporation strategies for regulatory capture and legitimacy. *Int J Health Policy Manag* 2021; 10: 845–56.
- 131 Erzse A, Karim SA, Foley L, Hofman KJ. A realist review of voluntary actions by the food and beverage industry and implications for public health and policy in low- and middle-income countries. *Nat Food* 2022; 3: 650–63.
- 132 Ronit K, Jensen JD. Obesity and industry self-regulation of food and beverage marketing: a literature review. *Eur J Clin Nutr* 2014; 68: 753–59.
- 133 White M, Barquera S. Mexico adopts food warning labels, why now? *Health Syst Reform* 2020; 6: e1752063.
- 134 Abdool Karim S, Kruger P, Hofman K. Industry strategies in the parliamentary process of adopting a sugar-sweetened beverage tax in South Africa: a systematic mapping. *Global Health* 2020; 16: 116.
- 135 Lacy-Nichols J, Scrinis G, Carey R. The politics of voluntary self-regulation: insights from the development and promotion of the Australian Beverages Council's commitment. *Public Health Nutr* 2020; 23: 564–75.
- 136 Baker P, Gill T, Friel S, Carey G, Kay A. Generating political priority for regulatory interventions targeting obesity prevention: an Australian case study. *Soc Sci Med* 2017; 177: 141–49.
- 137 Evans-Reeves KA, Matthes BK, Chamberlain P, Paichadze N, Gilmore AB, Mialon M. Intimidation against advocates and researchers in the tobacco, alcohol and ultra-processed food spaces: a review. *Health Promot Int* 2024; 39: daae153.
- 138 McDonald's. Ronald McDonald House Charities. <https://corporate.mcdonalds.com/corpmcd/our-purpose-and-impact/community-connection/rmh.html> (accessed Oct 11, 2023).
- 139 Ojeda E, Torres C, Carriedo A, Mialon M, Parekh N, Orozco E. The influence of the sugar-sweetened beverage industry on public policies in Mexico. *Int J Public Health* 2020; 65: 1037–44.
- 140 Kruger P, Wynberg R, Mafuyeka M, et al. The ultra-processed food industry in Africa. *Nat Food* 2023; 4: 534–36.
- 141 Nestle M. Unsavory truth: how food companies skew the science of what we eat. Basic Books, 2018.
- 142 Scrinis G. Reformulation, fortification and functionalization: Big Food corporations' nutritional engineering and marketing strategies. *J Peasant Stud* 2016; 43: 17–37.
- 143 Scott C. Sustainably sourced junk food? big food and the challenge of sustainable diets. *Glob Environ Polit* 2018; 18: 93–113.
- 144 Changing Markets Foundation. Feeding us greenwash: an analysis of misleading claims in the food sector. <https://changingmarkets.org/report/feeding-us-greenwash-an-analysis-of-misleading-claims-in-the-food-sector/> (accessed Dec 1, 2023).
- 145 Herrick C. Shifting blame/selling health: corporate social responsibility in the age of obesity. *Social Health Illn* 2009; 31: 51–65.
- 146 The Coca Cola Company. Refresh the world. Make a difference. <https://www.coca-colacompany.com/content/dam/company/us/en/reports/coca-cola-business-sustainability-report-2022.pdf> (accessed Oct 6, 2023).
- 147 Nestlé SA. Creating shared value and sustainability report 2022: advancing regenerative food systems at scale. <https://www.nestle.com/sites/default/files/2023-03/creating-shared-value-sustainability-report-2022-en.pdf> (accessed April 20, 2023).
- 148 Pye O. Commodifying sustainability: development, nature and politics in the palm oil industry. *World Dev* 2019; 121: 218–28.
- 149 Ennis G. Dark PR: how corporate disinformation harms our health and the environment. Daraja Press, 2023.
- 150 Carriedo A, Koon AD, Encarnación LM, Lee K, Smith R, Walls H. The political economy of sugar-sweetened beverage taxation in Latin America: lessons from Mexico, Chile and Colombia. *Global Health* 2021; 17: 5.
- 151 Serodio P, Ruskin G, McKee M, Stuckler D. Evaluating Coca-Cola's attempts to influence public health 'in their own words': analysis of Coca-Cola emails with public health academics leading the Global Energy Balance Network. *Public Health Nutr* 2020; 23: 2647–53.
- 152 Petticrew M, Katikireddi SV, Knai C, et al. "Nothing can be done until everything is done": the use of complexity arguments by food, beverage, alcohol and gambling industries. *J Epidemiol Community Health* 2017; 71: 1078–83.

- 153 Chavkin S, Gilbert C, Tsui A, O'Connor A. As obesity rises, Big Food and dietitians push "anti-diet" advice. *The Washington Post*, April 3, 2024. <https://www.washingtonpost.com/wellness/2024/04/03/diet-culture-nutrition-influencers-general-mills-processed-food/> (accessed Aug 12, 2024).
- 154 Fabbri A, Holland TJ, Bero LA. Food industry sponsorship of academic research: investigating commercial bias in the research agenda. *Public Health Nutr* 2018; **21**: 3422–30.
- 155 Bes-Rastrollo M, Schulze MB, Ruiz-Canela M, Martinez-Gonzalez MA. Financial conflicts of interest and reporting bias regarding the association between sugar-sweetened beverages and weight gain: a systematic review of systematic reviews. *PLoS Med* 2013; **10**: e1001578, e1001578.
- 156 Greenhalgh S. Inside ILSI: How Coca-Cola, working through its scientific nonprofit, created a global science of exercise for obesity and got it embedded in Chinese policy (1995–2015). *J Health Polit Policy Law* 2021; **46**: 235–76.
- 157 Van Tulleken C. Overdiagnosis and industry influence: how cow's milk protein allergy is extending the reach of infant formula manufacturers. *BMJ* 2018; **363**: k5056.
- 158 Smith TDH, Townsend R, Hussain HS, Santer M, Boyle RJ. Milk allergy guidelines for infants in England promote over-diagnosis: a cross-sectional survey. *Clin Exp Allergy* 2022; **52**: 188–91.
- 159 Ulucanlar S, Lauber K, Fabbri A, et al. Corporate political activity: taxonomies and model of corporate influence on public policy. *Int J Health Policy Manag* 2023; **12**: 7292.
- 160 Slater S, Lawrence M, Wood B, Serodio P, Baker P. Corporate interest groups and their implications for global food governance: mapping and analysing the global corporate influence network of the transnational ultra-processed food industry. *Global Health* 2024; **20**: 16.
- 161 Pedroza-Tobias A, Crosbie E, Mialon M, Carriedo A, Schmidt LA. Food and beverage industry interference in science and policy: efforts to block soda tax implementation in Mexico and prevent international diffusion. *BMJ Glob Health* 2021; **6**: e005662.
- 162 Nestlé SA. Annual review 2022. <https://www.nestle.com/sites/default/files/2023-03/2022-annual-review-en.pdf> (accessed April 20, 2023).
- 163 McDonald's. Annual report 2022. https://corporate.mcdonalds.com/content/dam/sites/corp/nfi/pdf/MCD_2023_Annual_Report.pdf (accessed April 20, 2023).
- 164 Mialon M, Corvalan C, Cediel G, Scagliusi FB, Reyes M. Food industry political practices in Chile: "the economy has always been the main concern". *Global Health* 2020; **16**: 107.
- 165 Carriedo A, Pinsky I, Crosbie E, Ruskin G, Mialon M. The corporate capture of the nutrition profession in the USA: the case of the Academy of Nutrition and Dietetics. *Public Health Nutr* 2022; **25**: 1–15.
- 166 Lauber K, Rutter H, Gilmore AB. Big food and the World Health Organization: a qualitative study of industry attempts to influence global-level non-communicable disease policy. *BMJ Glob Health* 2021; **6**: e005216.
- 167 Russ KN, Baker P, Kang M, McCoy D. Corporate lobbying on US positions toward the World Health Organization: evidence of intensification and cross-industry coordination. *Glob Health Gov* 2022; **17**: 37–83.
- 168 Mondelez International. Snacking made right: 2023 ESG report. <https://www.mondelezinternational.com/assets/Snacking-Made-Right/SMR-Report/2023/2023-MDLZ-Snacking-Made-Right-ESG-Report.pdf> (accessed Dec 18, 2023).
- 169 Richter J. Holding corporations accountable: corporate conduct, international codes, and citizen action. Palgrave Macmillan, 2001.
- 170 Schwab K. Stakeholder capitalism: A global economy that works for progress, people and planet. John Wiley & Sons, 2021.
- 171 Hawkes C, Buse K. Public health sector and food industry interaction: it's time to clarify the term "partnership" and be honest about underlying interests. *Eur J Public Health* 2011; **21**: 400–01.
- 172 High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Multi-stakeholder partnerships to finance and improve food security and nutrition in the framework of the 2030 Agenda. <https://www.fao.org/3/CA0156EN/ca0156en.pdf> (accessed July 4, 2023).
- 173 Clapp J, Noyes I, Grant Z. The food systems summit's failure to address corporate power. *Development* 2021; **64**: 192–98.
- 174 Canfield M, Anderson MD, McMichael P. UN Food Systems Summit 2021: dismantling democracy and resetting corporate control of food systems. *Front Sustain Food Syst* 2021; **5**: 661552.
- 175 Yates J, Gillespie S, Savona N, Deeney M, Kadiyala S. Trust and responsibility in food systems transformation. Engaging with Big Food: marriage or mirage? *BMJ Glob Health* 2021; **6**: e007350.
- 176 Danone. Danone ranked #1 in the global Access to Nutrition index 2024. <https://www.danone.com/newsroom/stories/atni-leading-access-to-nutrition.html> (accessed May 8, 2025).
- 177 Anastasiou K, Baker P, Hadjikakou M, Hendrie G, Lawrence M. A conceptual framework for understanding the environmental impacts of ultra-processed foods and implications for sustainable food systems. *J Clean Prod* 2022; **368**: 133155.
- 178 Fardet A, Rock E. Ultra-processed foods and food system sustainability: what are the links? *Sustainability (Basel)* 2020; **12**: 6280.
- 179 PepsiCo. 2022 ESG performance metrics. https://www.pepsico.com/docs/default-source/sustainability-and-esg-to-pics/2022-esg-summary/2022-esg-summary-performance-metrics.pdf?sfvrsn=72c2c782_10 (accessed June 26, 2023).
- 180 Changing Markets Foundation. Mighty Earth. Net-zero integrity: Nestlé's methane blindspot. <https://changingmarkets.org/wp-content/uploads/2023/04/CM-Report-layout-Net-Zero-Integrity-Web-light.pdf> (accessed Nov 15, 2023).
- 181 Tangpuori AD, Harding-Rolls G, Urbancic N, Purita Banegas Zallio X. Talking trash: the corporate playbook of false solutions to the plastics crisis. http://changingmarkets.org/wp-content/uploads/2021/01/TalkingTrash_FullVersion.pdf (accessed June 5, 2023).
- 182 Cowger W, Willis KA, Bullock S, et al. Global producer responsibility for plastic pollution. *Sci Adv* 2024; **10**: ead8275.
- 183 Marrero A, Nicoson C, Kelahan H, et al. Equity as a priority in EAT–Lancet-aligned food system transformations. *Nat Food* 2024; **5**: 811–17.
- 184 Goyal M, Hickel J, Jha P. Increasing inequality in agri-food value chains: global trends from 1995–2020. *Glob Food Secur* 2025; **46**: 100883.
- 185 Wood B, McCoy D, Baker P, Williams O, Sacks G. The double burden of maldistribution: a descriptive analysis of corporate wealth and income distribution in four unhealthy commodity industries. *Crit Public Health* 2021; **33**: 135–47.
- 186 FAO, International Fund for Agricultural Development, UNICEF, World Food Programme, WHO. The state of food security and nutrition in the world 2024—financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms. <https://doi.org/10.4060/cd1254en> (accessed July 28, 2024).
- 187 Fanzo J, Shawar YR, Shyam T, Das S, Shiffman J. Challenges to establish effective public-private partnerships to address malnutrition in all its forms. *Int J Health Policy Manag* 2021; **10**: 934–45.
- 188 Ngqangashe Y, Goldman S, Schram A, Friel S. A narrative review of regulatory governance factors that shape food and nutrition policies. *Nutr Rev* 2022; **80**: 200–14.
- 189 Robinson E, Blake MR, Sacks G. Benchmarking food and beverage companies on obesity prevention and nutrition policies: evaluation of the BIA–Obesity Australia Initiative, 2017–2019. *Int J Health Policy Manag* 2021; **10**: 857–70.
- 190 Hooker L. Danone's UK boss calls for higher taxes on unhealthy food. <https://www.bbc.com/news/business-65872962> (accessed Oct 2, 2023).
- 191 The Food Foundation. Lobbying for good: why we need regulation to level the playing field for the food industry. <https://foodfoundation.org.uk/news/lobbying-good-why-we-need-regulation-level-playing-field-food-industry> (accessed Nov 2, 2025).
- 192 Lauber K, Ralston R, Mialon M, Carriedo A, Gilmore AB. Non-communicable disease governance in the era of the sustainable development goals: a qualitative analysis of food industry framing in WHO consultations. *Global Health* 2020; **16**: 76.
- 193 Seródio PM, McKee M, Stuckler D. Coca-Cola: a model of transparency in research partnerships? A network analysis of Coca-Cola's research funding (2008–2016). *Public Health Nutr* 2018; **21**: 1594–607.
- 194 Logan AC, D'Adamo CR, Pizzorno JE, Prescott SL. "Food faddists and pseudoscientists!": reflections on the history of resistance to ultra-processed foods. *Explore (NY)* 2024; **20**: 470–76.

- 195 Steele S, Ruskin G, Stuckler D. Pushing partnerships: corporate influence on research and policy via the International Life Sciences Institute. *Public Health Nutr* 2020; **23**: 2032–40.
- 196 British Nutrition Foundation. The concept of ultra-processed foods (UPF): position statement 2023. https://www.nutrition.org.uk/media/3ylbwf3s/british-nutrition-foundation-upf-position-statement_updated-may-2024.pdf (accessed Oct 12, 2023).
- 197 Food Drink Europe. Ultra-processed foods. Position paper 2023. <https://www.fooddrinkeurope.eu/wp-content/uploads/2023/01/FoodDrinkEurope-position-paper-ultra-processed-foods.pdf> (accessed Oct 12, 2023).
- 198 Lauber K, Barry R, van den Akker A, Collin J. Problematising ultra-processing: opposition strategy mobility and an emergent challenge to food systems governance. *Crit Policy Stud* 2025; published online Oct 9. <https://doi.org/10.1080/19460171.2025.2565323>.
- 199 Nilson EAF, Delpino FM, Batis C, et al. Premature mortality attributable to ultraprocessed food consumption in 8 countries. *Am J Prev Med* 2025; **68**: 1091–99.
- 200 Walton S, Mehrabi Z, Fanzo J, Caldecott B. Asset stranding could open new pathways to food systems transformation. *Nat Food* 2025; **6**: 440–45.
- 201 Parker C, Johnson H. From food chains to food webs: regulating capitalist production and consumption in the food system. *Annu Rev Law Soc Sci* 2019; **15**: 205–25.
- 202 Wood B, Baker P, Scrinis G, McCoy D, Williams O, Sacks G. Maximising the wealth of few at the expense of the health of many: a public health analysis of market power and corporate wealth and income distribution in the global soft drink market. *Global Health* 2021; **17**: 138.
- 203 Fardet A. Ultra-processing should be understood as a holistic issue, from food matrix, to dietary patterns, food scoring, and food systems. *J Food Sci* 2024; **89**: 4563–73.
- 204 Dorado D, Monsalve S, Naik A, Suárez AM. Towards building comprehensive legal frameworks for corporate accountability in food governance. *Development* 2021; **64**: 236–44.
- 205 Deeney M, Yates J, Green R, Kadiyala S. Centring human health in the global plastics treaty: a call to action. *BMJ Glob Health* 2022; **7**: e011040.
- 206 Baker P, Smith JP, Garde A, et al, and the 2023 *Lancet* Breastfeeding Series Group. The political economy of infant and young child feeding: confronting corporate power, overcoming structural barriers, and accelerating progress. *Lancet* 2023; **401**: 503–24.
- 207 Lacy-Nichols J, Marten R, Crosbie E, Moodie R. The public health playbook: ideas for challenging the corporate playbook. *Lancet Glob Health* 2022; **10**: e1067–72.
- 208 Pineda E, Hernández-F M, Ortega-Avila AG, Jones A, Rivera JA. Mexico's bold new law on adequate and sustainable nutrition. *Lancet* 2025; **405**: 764–67.
- 209 Russell C, Hussain NAB, Sievert K, Cullerton K. Who is donating to political parties in Queensland, Australia? An analysis of political donations from the food industry. *Public Health Nutr* 2023; **26**: 1501–12.
- 210 Monteiro CA, Cannon G, Moubarac J-C, et al. Dietary guidelines to nourish humanity and the planet in the twenty-first century. A blueprint from Brazil. *Public Health Nutr* 2015; **18**: 2311–22.
- 211 Millstone E, Lang T. An approach to conflicts of interest in UK food regulatory institutions. *Nat Food* 2023; **4**: 17–21.
- 212 Mialon M, Serodio PM, Crosbie E, Teicholz N, Naik A, Carriedo A. Conflicts of interest for members of the US 2020 dietary guidelines advisory committee. *Public Health Nutr* 2022; **27**: e69.
- 213 UNICEF. Engaging with the food and beverage industry: UNICEF programme guidance. <https://www.unicef.org/media/142056/file/Programme%20Guidance%20on%20Engagement%20with%20the%20Food%20and%20Beverage%20Industry.pdf> (accessed Sept 15, 2023).
- 214 Maani N, Van Schalkwyk MC, Petticrew M, Ralston R, Collin J. The new WHO Foundation—global health deserves better. *BMJ Glob Health* 2021; **6**: e004950.
- 215 Coombes R. Formula milk: WHO Foundation refuses to take further financial donations from Nestlé. *BMJ* 2022; **379**: o2468.
- 216 Harris J, Nisbett N, Gillespie S. Conflict of interest in nutrition: where's the power? Comment on "Towards preventing and managing conflict of interest in nutrition policy? An analysis of submissions to a consultation on a draft who tool". *Int J Health Policy Manag* 2022; **11**: 391–93.
- 217 United Nations Food Systems Coordination Hub. Corporate accountability for food systems transformation: a roadmap and guidance towards UNFSS+4 and beyond. <https://www.unfoodsystemshub.org/docs/unfoodsystemslibraries/corporate-accountability-for-food-systems-transformation/roadmap-and-guidance.pdf> (accessed Aug 7, 2024).
- 218 Nestle M. Food company sponsorship of nutrition research and professional activities: a conflict of interest? *Public Health Nutr* 2001; **4**: 1015–22.
- 219 Barquera S, García-Chávez CG, Navarro-Rosenblatt D, et al. Position of the Latin American Society of Nutrition (SLAN) on the management of conflict of interest. *Salud Publica Mex* 2018; **60**: 592–97.
- 220 Garde A, Curtis J, De Schutter O. Ending childhood obesity: introducing the issues and the legal challenge. Edward Elgar Publishing, 2020.
- 221 Thiemann L, Roman-Alcalá A. Fast food sovereignty: contradiction in terms or logical next step? *J Agric Environ Ethics* 2019; **32**: 813–34.
- 222 Hawkes C, Brazil BG, Castro IRR, Jaime PC. How to engage across sectors: lessons from agriculture and nutrition in the Brazilian School Feeding Program. *Rev Saude Publica* 2016; **50**: 1–13.
- 223 Hawkes C, Gallagher-Squires C, Spires M, et al. The full picture of people's realities must be considered to deliver better diets for all. *Nat Food* 2024; **5**: 894–900.
- 224 Fagundes A, de Cássia Lisboa Ribeiro R, de Brito ERB, Recine E, Rocha C. Public infrastructure for food and nutrition security in Brazil: fulfilling the constitutional commitment to the human right to adequate food. *Food Secur* 2022; **14**: 897–905.
- 225 Women UN. Promoting women's economic empowerment: recognizing and investing in the care economy. <https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2018/Issue-paper-Recognizing-and-investing-in-the-care-economy-en.pdf> (accessed June 7, 2024).
- 226 Smith JP, Iellamo A, Nguyen TT, Mathisen R. The volume and monetary value of human milk produced by the world's breastfeeding mothers: results from a new tool. *Front Public Health* 2023; **11**: 1152659.
- 227 Pérez-Escamilla R, Tomori C, Hernández-Cordero S, et al, and the 2023 *Lancet* Breastfeeding Series Group. Breastfeeding: crucially important, but increasingly challenged in a market-driven world. *Lancet* 2023; **401**: 472–85.
- 228 Shiffman J, Shawar YR. Framing and the formation of global health priorities. *Lancet* 2022; **399**: 1977–90.
- 229 Rushton S, Williams OD. Frames, paradigms and power: global health policy-making under neoliberalism. *Glob Soc* 2012; **26**: 147–67.
- 230 Walls HL, Peeters A, Proietto J, McNeil JJ. Public health campaigns and obesity—a critique. *BMC Public Health* 2011; **11**: 136.
- 231 Westbury S, Oyeode O, van Rens T, Barber TM. Obesity stigma: causes, consequences, and potential solutions. *Curr Obes Rep* 2023; **12**: 10–23.
- 232 Lane MM, Gamage E, Du S, et al. Ultra-processed food exposure and adverse health outcomes: umbrella review of epidemiological meta-analyses. *BMJ* 2024; **384**: e077310.
- 233 Gibson M, Mason-D'Croz D, Norberg A, Conti C, Boa Alvarado M, Herrero M. Degrowth as a plausible pathway for food systems transformation. *Nat Food* 2025; **6**: 19–24.
- 234 Hickel J. Less is more: how degrowth will save the world. Penguin Random House, 2020.
- 235 Keck ME, Sikkink K. Transnational advocacy networks in international and regional politics. *Int Soc Sci J* 1999; **51**: 89–101.
- 236 Ralston R, Townsend B, Arnanz L, et al. NGOs and global business regulation of transnational alcohol and ultra-processed food industries. *Policy Soc* 2024; **43**: 54–69.
- 237 Garde A, Abdool-Karim S. Human rights and healthy diet research support initiative: scoping review. <https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/server/api/core/bitstreams/5bba7bde-8aeb-455c-ab57-c78ef7ffafff/content> (accessed Oct 10, 2023).
- 238 Monteiro CA, Lawrence M, Millett C, et al. The need to reshape global food processing: a call to the United Nations Food Systems Summit. *BMJ Glob Health* 2021; **6**: e006885.
- 239 Leite FHM, Khandpur N, Andrade GC, et al. Ultra-processed foods should be central to global food systems dialogue and action on biodiversity. *BMJ Glob Health* 2022; **7**: e008269.

- 240 Barquera S, Rivera JA. Obesity in Mexico: rapid epidemiological transition and food industry interference in health policies. *Lancet Diabetes Endocrinol* 2020; 8: 746–47.
- 241 Guarnizo Peralta D, Uruña Hernández R, Martín Carballo J. Derecho, comercio y etiquetado nutricional: reflexiones y experiencias desde América Latina. https://www.dejusticia.org/wp-content/uploads/2022/09/Derecho-comercio-y-etiquetado_web.pdf (accessed Oct 18, 2023).
- 242 Donaldson E. Advocating for sugar-sweetened beverage taxation: a case study of Mexico. https://ncdalliance.org/sites/default/files/resource_files/Advocating_For_Sugar_Sweetened_Beverage_Taxation_0.pdf (accessed Nov 15, 2023).
- 243 Kaufer-Horwitz M, Tolentino-Mayo L, Jáuregui A, et al. Sistema de etiquetado frontal de alimentos y bebidas para México: una estrategia para la toma de decisiones saludables. *Salud Pública Mex* 2018; 60: 479–86.
- 244 World Cancer Research Fund International. Building momentum: lessons on implementing a robust front-of-pack food label. <https://www.wcrf.org/wp-content/uploads/2024/11/PPA-Building-Momentum-2.pdf> (accessed Oct 25, 2023).
- 245 Crosbie E, Carriedo A, Schmidt L. Hollow threats: transnational food and beverage companies' use of international agreements to fight front-of-pack nutrition labeling in Mexico and beyond. *Int J Health Policy Manag* 2022; 11: 722–25.
- 246 Scott-Railton J, Marczak B, Guarnieri C, Crete-Nishihata M. Bitter sweet: supporters of Mexico's soda tax targeted with NSO exploit links. <https://citizenlab.ca/2017/02/bittersweet-nso-mexico-spyware/> (accessed Aug 8, 2023).
- 247 Batis C, Castellanos-Gutiérrez A, Sánchez-Pimienta TG, et al. Comparison of dietary intake before vs after taxes on sugar-sweetened beverages and nonessential energy-dense foods in Mexico, 2012 to 2018. *JAMA Netw Open* 2023; 6: e2325191.
- 248 Corvalán C, Reyes M, Garmendia ML, Uauy R. Structural responses to the obesity and non-communicable diseases epidemic: the Chilean Law of Food Labeling and Advertising. *Obes Rev* 2013; 14 (suppl 2): 79–87.
- 249 Mialon M, Corvalán C, Cediél G, Scagliusi FB, Reyes M. Food industry political practices in Chile: "the economy has always been the main concern". *Global Health* 2020; 16: 107.
- 250 Pérez-Escamilla R, Lutter CK, Rabadan-Diehl C, et al. Prevention of childhood obesity and food policies in Latin America: from research to practice. *Obes Rev* 2017; 18 (suppl 2): 28–38.
- 251 Mediano F, Fierro C, Corvalán C, Reyes M, Correa T. Framing a new nutrition policy: changes on key stakeholder's discourses throughout the implementation of the Chilean Food Labelling Law. *Int J Environ Res Public Health* 2023; 20: 5700.
- 252 Correa T, Fierro C, Reyes M, Dillman Carpentier FR, Taillie LS, Corvalán C. Responses to the Chilean law of food labeling and advertising: exploring knowledge, perceptions and behaviors of mothers of young children. *Int J Behav Nutr Phys Act* 2019; 16: 21.
- 253 Mediano Stoltze F, Reyes M, Smith TL, Correa T, Corvalán C, Carpentier FR. Prevalence of child-directed marketing on breakfast cereal packages before and after Chile's Food Marketing Law: a pre-and post-quantitative content analysis. *Int J Environ Res Public Health* 2019; 16: 1–15.
- 254 Dillman Carpentier FR, Mediano Stoltze F, Reyes M, Taillie LS, Corvalán C, Correa T. Restricting child-directed ads is effective, but adding a time-based ban is better: evaluating a multi-phase regulation to protect children from unhealthy food marketing on television. *Int J Behav Nutr Phys Act* 2023; 20: 62.
- 255 Taillie LS, Bercholz M, Popkin B, Reyes M, Colchero MA, Corvalán C. Changes in food purchases after the Chilean policies on food labelling, marketing, and sales in schools: a before and after study. *Lancet Planet Health* 2021; 5: e526–33.
- 256 Fretes G, Corvalán C, Reyes M, et al. Changes in children's and adolescents' dietary intake after the implementation of Chile's law of food labeling, advertising and sales in schools: a longitudinal study. *Int J Behav Nutr Phys Act* 2023; 20: 40.
- 257 Ghattey AB. Nutrition policy and programs in Ghana: the limitation of a single sector approach. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/27590?show=full> (accessed Nov 17, 2023).
- 258 Laar A, Barnes A, Aryeetey R, et al. Implementation of healthy food environment policies to prevent nutrition-related non-communicable diseases in Ghana: national experts' assessment of government action. *Food Policy* 2020; 93: 101907.
- 259 Laar A, Amoah JM, Massawudu LM, et al, and the Advocating for Health Coalition. Making food-related health taxes palatable in sub-Saharan Africa: lessons from Ghana. *BMJ Glob Health* 2023; 8 (suppl 8): e012154.
- 260 The Global Health Advocacy Incubator. The global health advocacy Incubator's advocacy approach. <https://www.advocacyincubator.org/what-we-do/our-advocacy-approach> (accessed Oct 16, 2023).
- 261 Gómez EJ. Getting to the root of the problem: the international and domestic politics of junk food industry regulation in Latin America. *Health Policy Plan* 2021; 36: 1521–33.
- 262 Global Health Advocacy Incubator. Youth voices and engagement are key to successful advocacy campaigns around the world. <https://www.advocacyincubator.org/news/2021-09-20-youth-voices-and-engagement-are-key-to-successful-advocacy-campaigns-around-the-world> (accessed Oct 22, 2024).
- 263 Cullerton K, Donnet T, Lee A, Gallegos D. Playing the policy game: a review of the barriers to and enablers of nutrition policy change. *Public Health Nutr* 2016; 19: 2643–53.
- 264 Gostin LO. 2016: the year of the soda tax. *Milbank Q* 2017; 95: 19–23.
- 265 Global Health Advocacy Incubator. Breaking the cycle of unhealthy eating: Rio de Janeiro newest Brazilian city to ban ultra-processed products in schools. <https://www.advocacyincubator.org/news/2023-08-09-breaking-the-cycle-of-unhealthy-eating-rio-de-janeiro-newest-brazilian-city-to-ban-ultra-processed-products-in-schools> (accessed Oct 3, 2023).
- 266 Pongutta S, Suphanchaimat R, Patcharanarumol W, Tangcharoensathien V. Lessons from the Thai health promotion Foundation. *Bull World Health Organ* 2019; 97: 213–20.
- 267 Gostin LO, Monahan JT, Kaldor J, et al. The legal determinants of health: harnessing the power of law for global health and sustainable development. *Lancet* 2019; 393: 1857–910.
- 268 Global Health Advocacy Incubator. Brazilian courts protect vulnerable children and youth in decision against Nestlé Brazil. <https://www.advocacyincubator.org/news/2022-07-13-brazilian-courts-protect-vulnerable-children-and-youth-in-decision-against-nestle-brazil> (accessed Oct 22, 2024).
- 269 Watnick VJ. The "roundup" controversy: glyphosate litigation, non-Hodgkin's lymphoma, and lessons for toxics regulation going forward. *N Y Univ Environ Law J* 2022; 30: 1–64.
- 270 Morgan & Morgan. Civil action complaint. <https://www.forthethepeople.com/sites/default/files/2024-12/Filed%20UPF%20Complaint.pdf> (accessed Dec 15, 2024).
- 271 Magnusson RS, McGrady B, Gostin L, Patterson D, Abou Taleb H. Legal capacities required for prevention and control of noncommunicable diseases. *Bull World Health Organ* 2019; 97: 108–17.
- 272 UK Health Forum. Public health and the food and drinks industry: the governance and ethics of interaction. Lessons from research, policy and practice. <https://idrc-crds.ca/sites/default/files/sp/Documents%20EN/ukhf-casebook-jan18.pdf> (accessed Oct 24, 2024).
- 273 Mulcahy G, Boelsen-Robinson T, Hart AC, et al. A comparative policy analysis of the adoption and implementation of sugar-sweetened beverage taxes (2016–19) in 16 countries. *Health Policy Plan* 2022; 37: 543–64.
- 274 Thow AM, Abdool Karim S, Mukanu MM, et al. The political economy of sugar-sweetened beverage taxation: an analysis from seven countries in sub-Saharan Africa. *Glob Health Action* 2021; 14: 1909267.
- 275 Koon AD, Marten R. Framing health taxes: a scoping review. *BMJ Glob Health* 2023; 8 (suppl 8): e012055.
- 276 Palmedo PC, Dorfman L, Garza S, Murphy E, Freudenberg N. Countermarketing alcohol and unhealthy food: an effective strategy for preventing noncommunicable diseases? Lessons from tobacco. *Annu Rev Public Health* 2017; 38: 119–44.